Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 30 E 31/05, 1º DE JUNHO DE 2020 | Nº 24.671 | Preço banca: R$ 3,50

Governo defende reformas após a pandemia para recuperar o PIB

Brasil chega a 465,1 mil casos e 27,8 mil mortes da Covid-19

Página 4

País mantém determinação de "furar ondas da crise",diz Guedes

Página 3

O resultado negativo da atividade econômica no primeiro trimestre, embora esperado, coloca fim à recuperação econômica em curso desde o começo de 2017, afirmou a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, em nota sobre o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, divulgado na sexta-feira (29).

Em meio à pandemia de covid-19, o PIB teve queda de 1,5% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com último trimestre de 2019. Os dados foram divulgados na sexta-feira (29), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o PIB caiu 0,3%. Em 12 meses, o PIB acumula alta de 0,9%.

"Os impactos iniciais da pandemia na economia a partir de março deste ano reverteram os bons indicadores de emprego, arrecadação e atividade do primeiro bimestre, levando a variação do PIB para o terreno negativo. Os efeitos danosos sobre a saúde da população brasileira e da nossa economia ainda persistem. Dessa forma, o resultado econômico da atividade no segundo trimestre será ainda pior", diz a nota.

De acordo com a secretaria, as consequências são "nefastas para a população, com aumento do desemprego, da falência das empresas e da pobreza".

"Para combater e amenizar o sofrimento dos brasileiros é necessário que as reformas estruturais continuem através de uma legislação mais moderna de emprego, com o fortalecimento das políticas sociais (com transferência de recursos de programas sociais ineficientes para os mais eficientes e de comprovado efeito no combate à pobreza), com o aprimoramento da legislação de falências e a modernização e desburocratização do mercado de crédito, de capitais e de garantias", destacou. (Agencia Brasil)

Trump anuncia rompimento dos Estados Unidos com a OMS

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou na sexta-feira (29) que está encerrando o relacionamento dos EUA com a Organização Mundial da Saúde (OMS), alegando que a agência se tornou essencialmente uma organização fantoche da China e criticando sua atuação durante a pandemia de coronavírus.

Trump ratificou as ameaças repetidas de eliminar o financiamento norte-americano para a OMS, que chega a centenas de milhões de dólares por ano.

Trump disse que a OMS falhou em fazer reformas na organização exigidas por ele no início deste mês. Ele afirmou que as autoridades chinesas "ignoraram suas obrigações de comunicação" sobre o vírus à OMS e pressionaram a OMS a "enganar o mundo" quando o vírus foi descoberto pelas autoridades chinesas.

"A China tem controle total sobre a Organização Mundial da Saúde, apesar de pagar apenas US$ 40 milhões por ano, em comparação com os cerca de US$ 450 milhões por ano que os Estados Unidos estão pagando. Nós detalhamos as reformas que ela deveria fazer e nos engajamos diretamente, mas eles se recusaram a agir", disse Trump. (Agencia Brasil)

Denúncias apontam para escalada da violência contra mulheres no país

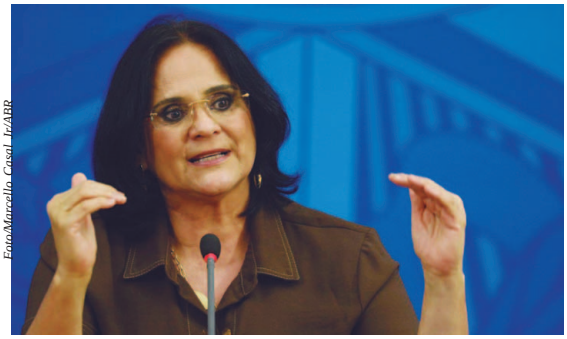


Foto Marcello Casal Jr/ABR

Ministra *Damares Alves*

O número de denúncias de violência contra mulheres que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu em 2019, por meio da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, aponta uma escalada do processo de violações à integridade e aos direitos das mulheres no país. Pág. 4

Plano São Paulo: região metropolitana será dividida em cinco blocos

Página 2

Dólar fecha maio com primeira queda mensal em 2020

Página 2

autojornal
o dia a dia motorizado

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com algumas nuvens. Não chove. 26º C / 11º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol com algumas nuvens. Não chove. 26º C / 13º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol com algumas nuvens durante o dia. À noite o céu fica com muitas nuvens, mas não chove. 26º C / 14º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,33
Venda: 5,34

Turismo
Compra: 5,30
Venda: 5,62

EURO

Compra: 5,92
Venda: 5,93

Esporte

Rafael Câmara comemora retorno do kartismo na Europa e treina no Brasil

Após longos meses de inatividade, o kartismo europeu anunciou o retorno de suas principais competições para o início de julho e quem aprovou o novo calendário foi Rafael Câmara, atual vice-campeão mundial de kart. O piloto brasileiro da Forza Racing está com uma boa expectativa para voltar a competir nas próximas semanas na Europa. Na última semana, Câmara acelerou no Kartódromo Aldeia da Serra (SP) e participa de corridas virtuais, como a etapa de Le Mans da Tríplice Coroa, realizada ontem com transmissão do Acelerados e Bandsports.

"Estou muito feliz pelo retorno dos treinos e das corridas de kart na Europa, para onde devemos voltar na semana que vem já com foco na preparação dos campeonatos 2020. Foram alguns meses sem provas e agora teremos uma agenda bem cheia, praticamente com corridas em todos os finais de semana a partir de julho. Terei as provas do WSK na Itália e também do Europeu de Kart CIKFIA", diz Câmara, que conquistou o vice no Mundial de Kart 2019 na Finlândia.

O primeiro desafio de Câmara será no WSK Super Master entre os dias 1º e 5 de julho em Adria, pista que os pilotos mais costumam acelerar durante o ano na Europa.

"Será bom voltarmos a competir em Adria, circuito que já venci corridas e estou bem acostumado. Para voltarmos ao ritmo de competição, nada melhor que um traçado que conhecemos bem. Logo depois virão outros desafios internacionais, então até lá vou treinar bastante com a equipe", diz Câmara.

Para o retorno das atividades, o WSK terá um novo formato de disputa, com provas e treinos mais espaçados, assim haverá um número menor de pessoas frequentando também as áreas dos kartódromos. O WSK costuma ter em média quase 200 pilotos competindo por etapa.

Foto/ Forza Racing

Igor Fraga lidera desafio mundial de velocidade contra o relógio

O jovem brasileiro Igor Fraga, 21 anos, segue com sua surpreendente trajetória nos mundos real e virtual. Recém contratado pelo programa de jovens talentos da Red Bull, que seleciona e treina pilotos com potencial de chegar à F-1, Fraga tenta atualmente o tricampeonato mundial de automobilismo virtual na plataforma Gran Turismo. Paralelamente, desde o último dia 22 o piloto mineiro também lidera a competição mundial em comemoração ao centenário da Mazda, tradicional fabricante japonesa especializada em carros com motor rotativo. Utilizando a versão mundial do protótipo Mazda RX-Vision GT3 Concept, a meta da disputa é estabelecer quem é o piloto mais veloz do mundo. Fraga, que já liderava com a marca de 2min16s212, estabelecida no dia 24 de maio, superou sua própria volta rápida ao registrar 2min16s206.

Foto/ Gran Turismo

Avatar *de Fraga diante de seu Mazda RX-Vision GT3*

As tentativas de recorde são realizadas no tradicional e desafiador traçado de Spa-Francorchamps, na Bélgica, em versão virtual. "É uma pista seletiva, repleta de curvas de diversos graus de dificuldade, então é um bom cenário para uma disputa contra o relógio", comenta o brasileiro. "Eu já havia estabelecido uma boa marca e ontem consegui me superar em seis milésimos. Continuo buscando voltas rápidas, pois ainda é possível melhorar mais alguns milésimos com relação à minha melhor volta teórica. Além disso, tenho que estar pronto para uma reação caso minha marca seja superada", explica ele.

Em 2020, Fraga irá disputar o campeonato FIA Fórmula 3, principal competição da categoria, que realiza suas disputas nos mesmos finais de semana que a Fórmula 1. Por sua incrível trajetória no automobilismo virtual, além do apoio do Red Bull Junior Team, Fraga conta com patrocínio do jogo FIA Gran Turismo – plataforma que vê no brasileiro um jovem piloto de automobilismo virtual com chance de chegar à Fórmula 1.

Plano São Paulo: região metropolitana será dividida em cinco blocos

O governador de São Paulo, João Doria, anunciou na sexta-feira (29) que vai dividir a região metropolitana de São Paulo em cinco blocos. A divisão foi solicitada e aprovada pelos prefeitos dos 38 municípios que compõem a região metropolitana. A capital não entra nessa divisão.

Essa subdivisão vai permitir, segundo o governo paulista, uma classificação individualizada das regiões, de acordo com características demográficas e critérios técnicos de saúde, como a capacidade hospitalar para atendimento de pacientes com covid-19 [a doença provocada pelo novo coronavírus] e a taxa de avanço de casos e mortes provocadas pelo coronavírus. As análises regionalizadas serão realizadas semanalmente e indicarão reclassificação da atual fase vermelha, de nível máximo de restrição, para as que permitem abertura controlada de atividades não essenciais.

Os cinco blocos são o norte (que compreende as cidades de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã, conhecida como região de Franco da Rocha), leste (Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Logo das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano, conhecida como região do Alto Tietê - Guarulhos), sudeste (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, conhecida como Grande ABC), sudoeste (Cotia, Embu, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista, conhecida como a região dos Mananciais) e oeste (Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, conhecida como a Rota dos Bandeirantes).

Os prefeitos da região metropolitana reclamavam que não tinham sido contemplados com a possibilidade de dar início ao processo de retomada econômica a partir de segunda-feira, dia 1º de junho. Vistos até então como um único bloco, nenhum dos municípios da região metropolitana conseguiu avançar de nível para poder começar a reabrir serviços que estão fechados desde o início da quarentena no estado, em 24 de março. Com a nova subdivisão, se algum bloco da região metropolitana atender a critérios como o de ocupação de leitos abaixo de 80% e diminuição da propagação do vírus, poderá então passar à fase seguinte de reabertura, prevista no Plano São Paulo.

O Plano São Paulo, de retomada econômica, dividiu o estado paulista em diversas regiões. Cada uma dessas regiões corresponde a uma fase, que determina se ela poderá dar início ao processo de reabertura econômica ou não. As cinco fases do programa vão do nível máximo de restrição de atividades não essenciais (vermelho) a etapas identificadas como controle (laranja), flexibilização (amarelo), abertura parcial (verde) e normal controlado (azul).

A região metropolitana de São Paulo, até então sem a divisão em blocos, foi toda colocada no primeiro nível, vermelho, ou seja, neste momento ela deve continuar obedecendo à quarentena, podendo abrir somente os setores considerados essenciais – logística, abastecimento, segurança e saúde. Já a capital paulista foi excluída da região metropolitana e entrou na fase de controle, laranja, onde poderá reabrir alguns serviços como shoppings, escritórios e comércio.

"Por abrigar mais de 22 milhões de habitantes e contar com uma organização de saúde com distribuição de leitos e de internação hospitalar própria e, considerando a sua complexidade e o seu tamanho, teremos agora cinco regiões de saúde [na região metropolitana]. Com essa divisão será possível ter uma análise ainda mais precisa de critérios técnicos de saúde, classificação de fases de retomada consciente da economia e a definição apropriada para a região metropolitana", disse o governador de São Paulo, João Doria. "A subdivisão não é para afrouxar, mas para ajustar [o plano de retomada]", acrescentou Doria.

Para que uma região do estado possa começar a liberar atividades econômicas, ela precisa obedecer a alguns critérios. O primeiro critério diz respeito à capacidade hospitalar: a região precisa ter ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) destinados para atendimento aos casos de coronavírus menor do que 80%. Acima de 80%, a região entra na fase vermelha. Outro indicador levado em consideração é o de evolução da pandemia que inclui dados como a variação do número de internações, a variação de óbitos e a variação de novos casos de coronavírus.

Nova secretaria

Doria anunciou também a criação de uma nova secretaria de governo, chamada de Secretaria de Orçamento, Gestão e Projetos, que ficará a cargo de Mauro Ricardo, que era secretário de governo da prefeitura de São Paulo.

Testagem

Outro anúncio feito pelo governador é o de criação de protocolos para o setor privado aderir ao incremento de testes do coronavírus. A medida, segundo o governo paulista, pretende orientar os gestores de empresas sobre medidas de prevenção e monitoramento das condições de saúde de funcionários, colaboradores e fornecedores e da segurança de clientes.

Os protocolos foram articulados com a Vigilância em Saúde do Estado e orientam como as empresas vão aderir de forma voluntária à realização e periodicidade de testes, com diretrizes de prevenção, triagem, testagem e contenção de casos. Esses protocolos pretendem que as empresas reforcem as medidas de prevenção tais como a manutenção do distanciamento social, o uso de máscara e a adoção de medidas de higiene. Além disso, elas devem fazer uma testagem de seus funcionários.

Drive-in da cultura

Doria anunciou ainda que, a partir da próxima segunda-feira (1º de junho), os programas de drive in de cultura estarão liberados. "A partir do dia 1º de junho estarão liberados programas de drive in de cultura, inicialmente para cinema para permitir que, de forma segura, espectadores possam, dentro de seus veículos, assistirem a volta ao entretenimento", falou o governador. O primeiro drive-in da área de cultura será inaugurado no Memorial da América Latina, na Barra Funda, na capital paulista, no dia 16 de junho, com apoio do Cine Belas Artes.

O Belas Artes drive-in seguirá protocolos rigorosos de saúde, com regras de distanciamento social, higiene, limpeza de ambientes, comunicação e monitoramento. Entre os cuidados obrigatórios, estão a distância mínima de 1,5 metro entre pessoas e carros em todos os ambientes, máximo de quatro ocupantes no carro, pagamentos via aplicativo, exigência do uso de máscaras e aferição de temperatura de funcionários e clientes. Para garantir o distanciamento, o acesso ao áudio do filme será obtido por meio do rádio do próprio carro, sintonizado via FM. (Agencia Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **CESAR NETO** tem sua coluna (diária) de política publicada desde 1993 na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência na Internet, desde 1996, via www.cesarneto.com ... Twitter **@cesarnetoreal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

*

CÂMARA (SP)

Vereadores de todos os partidos - inclusive os foram pro PSL (Rinaldi ex-REPUBLICANOS) e pro PATRIOTA (Holiday ex-DEM) - trabalham até de madrugada, porque tanto os aliados como os adversários incomodam virtualmente dia e noite

*

PREFEITURA (SP)

Bruno Covas (PSDB) tá cobrando dos seus aliados ações diárias que possam dar sustentação a um dos maiores planos de aberturas econômicas de uma cidade global em função da pandemia Covid-19. Não é simples, nem fácil. É uma guerrilha diária

*

ASSEMBLEIA (SP)

O deputado Gil Diniz, que dobrou com o deputado federal Eduardo Bolsonaro sob ordens do Supremo do novel (via Temer) Alexandre Moraes, vai ter que depor sobre notícias falsas (fake news) nas redes sociais do Bolsonarismo. É o 'carteiro reaça'

*

GOVERNO (SP)

João Doria (dono do novo PSDB) tem todo um método de esticar as possíveis as cobranças dos planos de ação que propõem desde que era prefeito. No caso do combate e reabertura econômica do maior Estado do Brasil à pandemia Covid-19 não é diferente

*

CONGRESSO (BR)

Ter os filhos enquanto vereador no Rio (Carlos), ex-deputado estadual (Rio) e atual senador pelo Rio (Flavio), mais um deputado federal, reeleito por São Paulo (Eduardo) não garantem nenhuma vantagem ao pai, o Presidente Bolsonaro. É osso

PRESIDÊNCIA (BR)

O que Jair Bolsonaro (ex-PSL e hoje sem partido) já produziu de histórias, desde a campanha Presidencial até a quase metade do 1º mandato é material digno de mais de um documentário internacional do canal (tv a cabo) "History"

*

PARTIDOS (BR)

Não há dono ou sócio preferencial dos atuais 33 partidos políticos brasileiros que não tenham algum interesse direto, tanto na manutenção do Presidente Bolsonaro (ex-PSL ainda sem partido), como na sua queda. Questão de sobrevivência

*

JUSTIÇAS (BR)

Independentemente de qual dos Presidentes tenha indicado um ou mais ministros pra Suprema Corte do Brasil, o espírito de corporativismo existe e resiste entre os 11 supremos, ainda que se estranham e até se acusam no plenário

*

HISTÓRIAS (BR)

Desde Jânio Quadros (1961), que 'meteu o louco' numa renúncia da boca pra fora e não conseguiu voltar ao cargo, os grupos políticos dos Presidentes tentam se manter no Poder por pelo menos 20 anos. Só os militares conseguiram (21)

cesar@cesarneto.com

MPT recebe mais de 1,7 mil denúncias relacionadas à pandemia em SP

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo recebeu de 24 de março até o dia 26 de maio 1.704 denúncias relacionadas à pandemia de covid-19. Os dados, divulgados na sexta-feira (29), mostram que entre as queixas mais comuns estão a não dispensa para o trabalho remoto, mesmo havendo possibilidade, e a pressão para continuar trabalhando sem equipamentos de proteção individuais e coletivos.

As denúncias (11%) também reportaram assédio moral e abuso de superiores hierárquicos. Nesses dois temas, as empresas mais reclamadas estão no setor de saúde (15 denúncias), seguidas pelas do setor alimentício e comércio (9 denúncias cada) e empresas de comunicação (8 denúncias), tecnologia e educação (com 7 denúncias cada uma).

"Nas denúncias, os funcionários afirmam que são constrangidos a trabalhar sem equipamentos de proteção individual, incluindo álcool em gel. Segundo alguns relatos, gestores dizem que o gasto com esses equipamentos seria desnecessário", disse o MPT, em nota.

O MPT destacou também denúncias de funcionários que sofreram pressão para aceitar, sem negociação, o termo aditivo de redução salarial no contrato de trabalho. No entanto, a Medida Provisória (MP) 936, que permite a suspensão do contrato por tempo determinado e diminuição da jornada e salário, exige que haja negociação entre patrão e empregado, ainda que individual.

O Ministério Público do Trabalho relatou ainda queixas de coação para que trabalhadores assinassem pedido de férias. "A coação é sempre a mesma: se a pessoa não assinasse, poderia ser demitida. Em outros casos, empresas divulgaram que só dariam bonificação aos empregados que fossem trabalhar presencialmente, mesmo que tivessem direito ao trabalho remoto", disse na nota.

Como denunciar

Segundo o MPT, após identificada a prática de assédio moral, é importante que o trabalhador faça a coleta de provas, guardando ligações, e-mails, documentos, áudios, vídeos, entre outros materiais que possam ajudar na investigação sobre o caso.

Denúncias podem ser feitas, inclusive de forma anônima, no site do MPT ou no aplicativo MPT Pardal (para celulares com sistema Android ou iOS). (Agencia Brasil)

SP registra queda na ocupação de UTIs por casos de coronavírus

Na sexta-feira (29), o estado de São Paulo registra queda na taxa de ocupação dos leitos de UTI reservados para COVID-19.

Hoje, as taxas são de 70,7% no estado e 83,1% na Grande São Paulo. A redução é de cinco pontos percentuais em todo o território, e superior a oito pontos percentuais na região metropolitana em comparação ao último domingo (24).

As altas hospitalares de pacientes suspeitos e confirmados de coronavírus subiu para 19.665, mais de 3 mil desde o último domingo.

Por meio da ampliação da testagem, em curso na rede de laboratórios de SP, já foram diagnosticados 101.556 casos e 7.275 óbitos relacionados à doença.

Hoje (sexta-feira), há 12,5 mil pacientes internados em SP, sendo 4.710 em UTI e 7.822 em enfermaria.

Das 645 cidades, houve um ou mais casos em 522 cidades. Destas, 263 tiveram pelo menos um óbito.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais estão 4.249 homens e 3.026 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 72,9% das mortes.

Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (1.716 do total), seguida por 60-69 anos (1.696) e 80-89 (1.403). Também faleceram 491 pessoas com mais de 90 anos.

Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (1.056 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (541), 30 a 39 (280), 20 a 29 (61) e 10 a 19 (20), e 11 com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (58,8% dos óbitos), diabetes mellitus (42,9%), doença neurológica (11%), doença renal (10,4%) e pneumopatia (9,5%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática.

Esses fatores de risco foram identificados em 5.871 pessoas que faleceram por COVID-19 (80,7%). A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/.

Governo vai oferecer refeições gratuitas no Bom Prato para pessoas em situação de rua

Governador João Doria anunciou na sexta-feira (29) a gratuidade nas refeições oferecidas pela rede Bom Prato a 15 mil pessoas em situação de rua cadastradas pelas prefeituras. A medida vale até 30 de julho e pode ser prorrogada.

A partir de segunda-feira (1º), com a adesão dos municípios, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado firmará convênio de cooperação com as Prefeituras. A iniciativa estabelece a gratuidade das refeições mediante a apresentação de cartão com QR Code, e cabe às Prefeituras a quantificação, identificação e localização dos beneficiários, bem como a entrega dos cartões de gratuidade e o monitoramento da prestação dos serviços. O investimento do Governo de São Paulo é de R$ 2 milhões.

O sistema, desenvolvido em parceria com a Prodesp, possibilita com que a Secretaria de Desenvolvimento Social administre de forma tecnológica a distribuição das refeições por meio de um cartão com QR Code, o que permite ao Governo do Estado manter os serviços públicos em pleno funcionamento.

Desde o início de abril, os 59 restaurantes Bom Prato passaram por rápidas adaptações com o intuito de servir as refeições para viagem, em embalagens e com talheres descartáveis. O horário de atendimento também foi ampliado para evitar aglomerações, sendo os cafés da manhã das 7h às 9h, almoços das 10h às 15h e jantares das 17h30 às 19h, ou enquanto houver refeições disponíveis.

Todas as equipes das unidades estão reforçando constantemente as orientações de prevenção, disponibilizando lixeiras nas calçadas, instruindo o distanciamento na fila (inclusive com marcações no chão) e fornecendo álcool em gel (à disposição em todas as unidades).

O controle de qualidade também foi aperfeiçoado, com balanças eletrônicas para pesagem das marmitas na presença dos consumidores, assim como um telefone de contato e envio de fotos ou mensagens por WhatsApp para a Central de Controle de Qualidade, ligada ao gabinete da Secretaria.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

País mantém determinação de "furar ondas da crise",diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na sexta-feira (29) que o governo mantém-se resiliente e inabalável na determinação de furar as duas ondas provocadas pela crise da pandemia da covid-19: primeiro, a da saúde, que já está sendo enfrentada, e depois a da economia. Segundo o ministro, o país caiu rápido, e a volta depende de ações próprias.

Guedes disse que quer ver a economia em movimento semelhante a um "V", com recuperação após a queda, porque os sinais vitais estão mantidos, mas ressaltou que isso depende da reação do país.

"Pode ser um 'U', ou pode ser um 'L', de cair e virar depressão. Prefiro trabalhar com o 'V'. Pode ser um 'V' meio torto? Pode. Pode ser um 'V' light? Pode. Caiu rápido, vai subir um pouco mais devagar, mas ainda é um 'V'", explicou o ministro, ao participar de debate virtual promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre propostas para o desenvolvimento do mercado de gás natural nacional que compõem o estudo Gás para o Desenvolvimento, divulgado nesta semana pelo banco.

Guedes disse que é preciso concentrar esforços para superar a crise e aperfeiçoar as instituições democráticas, valorizar a estrutura institucional existente, em vez de se jogarem uns contra os outros, de atrapalharem uns o trabalho dos outros. Segundo o ministro, é preciso entender que isso (covid-19) veio de fora. "O vírus veio de fora e está atacando o mundo inteiro."

Ele afirmou que, no governo, ninguém quer apoio a erros. "Cometemos erros? Nos condenem, nos critiquem, nos ajudem. Mas também, no meio de uma luta para salvar vidas, ficar sendo apedrejado enquanto ajuda, a mim não me derruba, não me afeta. Eu acho um crime contra a população brasileira. Não contra mim, contra o presidente da República, ou contra quem for, ou a qualquer um de nós", disse.

O ministro enfatizou que, em uma democracia, é natural haver divergências. "É uma virtude da democracia a demarcação de territórios. É natural. Quando um poder pisa no outro, o outro dá um empurrão de volta. Isso é natural. Não é para a gente dizer que o Brasil vai acabar por causa disso, que nunca mais vai funcionar, que é uma destruição do capital institucional que nós temos, que é um golpe. Não tem nada disso. É natural. É da própria crise", afirmou.

Entendimento

Para Guedes, não se pode dividir a questão entre a saúde e a economia. "Alguém acha que a asa esquerda é mais importante, outro acha que é a asa direita. Um pássaro não voa sem as duas asas. As pessoas não vão conseguir tocar a economia preocupadas com a saúde. As pessoas não vão salvar a saúde se destruírem a economia. O pássaro, para voar, precisa das duas asas, da saúde e da economia. Uma asa foi atingida – a primeira – e agora a segunda começa a ser atingida."

Guedes pregou o entendimento e a união no Brasil. "Precisamos de cooperação, colaboração, compreensão, solidariedade, fraternidade. É natural que, nessa ansiedade – cada um a seu estilo – um pise no pé do outro. Quem foi pisado, dá um empurrão de volta. Agora, acabou: um deu empurrão, outro tomou empurrão de volta, e todo mundo empurrando para chegar à margem. Quando chegar à margem, começa a briga de novo. Pode brigar à vontade, na margem. Se brigar a bordo do barco, o barco naufraga."

Exportações e crédito

O ministro destacou que, nesta crise, o Brasil foi a única economia do mundo que manteve o crescimento das exportações. "Em uma crise como essa, que está rompendo cadeias globais de produção, os países parando de exportar uns para os outros,;no nosso caso, como a gente exporta comida, está aumentando a demanda por exportações brasileiras."

A oferta de crédito, no entanto, não segue o mesmo ritmo. Como reflexo da pandemia, a demanda por crédito aumentou de forma explosiva, apesar de haver mais crédito, mas não na quantidade necessária. "O capital de giro das empresas brasileiras desapareceu porque a economia travou. Quando todas as empresas têm uma queda no faturamento, porque o Brasil desacelerou fortemente, é natural que falte capital de giro", explicou.

Saneamento

Na avaliação do ministro, os investimentos em saneamento serão fundamentais para a recuperação da economia brasileira. Ele disse que a legislação está no Congresso, pronta para ir adiante. "É só aprovar. São bilhões de investimentos que virão com o saneamento."

Outro setor com que Guedes diz contar para recuperação é o de gás, que classifica como choque de energia barata. "A equipe do BNDES está trabalhando nisso há quase um ano. Vamos reindustrializar o Brasil em cima de energia barata. A nossa preocupação é gerar centenas de bilhões em investimentos, emprego, produtividade, energia barata, e é a transformação da economia brasileira", afirmou, dizendo que o BNDES é peça essencial nesse processo.

Outro participante do debate virtual, o secretário executivo adjunto do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio de Carvalho, disse quando se há transparência e qualidade regulatória, os investimentos no setor de gás aumentam. Segundo Carvalho, alguns estados da federação evoluíram em seus projetos nesta área e na adesão à regulação do mercado de gás. Entre os que partiram para a prática, estão o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e Sergipe, que têm grande potencial. "Muito em breve, divulgaremos o manual de boas práticas regulatórias, desde a exploração e produção até a distribuição."

O secretário elogiou o trabalho do BNDES na construção do modelo regulatório no setor de gás. O presidente do banco, Gustavo Montezano, respondeu que o Ministério de Minas e Energia é um importante cliente para a instituição. "O único pedido que faço ao ministério é nos use. O banco tem uma estrutura técnica que está à disposição", afirmou Montezano. (Agencia Brasil)

Queda da economia este ano pode superar 5%, diz Campos Neto

A economia brasileira pode apresentar queda de 5% ou mais neste ano, e o desemprego deve aumentar muito, previu na sexta-feira (29) o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

Para Campos Neto, o tamanho da queda do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) vai depender da extensão das medidas de isolamento social. "É difícil prever, depende da extensão do isolamento social adotado em diferentes locais. O desemprego vai ser alto. Alguns agentes do mercado falam que o crescimento do desemprego será de provavelmente 15% ou um pouco mais", disse em transmissão organizada pelo Valor Capital Group, fundo de investimentos americano.

Na sexta-feira (29), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o PIB teve queda de 1,5% no primeiro trimestre, na comparação com último trimestre de 2019. Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o PIB caiu 0,3%. Em 12 meses, o PIB acumula alta de 0,9%.

Campos Neto afirmou que mesmo quando as medidas de isolamento social chegarem ao fim, por um fator psicológico as pessoas não voltarão a hábitos anteriores imediatamente. Ele acredita que esse fator do medo deve permanecer, pelo menos, até a metade do próximo ano.

O presidente do BC disse ainda que se os bancos foram o problema na crise de 2008, agora fazem parte da solução. "Temos que garantir que as pessoas e empresas tenham recursos e uma forma eficiente de acesso aos recursos é por meio do sistema financeiro", disse, acrescentando que é preciso garantir liquidez para os bancos, mas também manter as medidas de inclusão e educação financeira. (Agencia Brasil)

Caixa pagou R$ 76,6 bilhões em auxílio emergencial

A Caixa Econômica Federal pagou R$ 76,6 bilhões de auxílio emergencial, somadas ambas as parcelas, informou na sexta-feira (29) o presidente do banco, Pedro Guimarães. No total, 58,6 milhões de pessoas receberam alguma parcela do benefício desde que o programa foi criado, em abril, para ajudar as pessoas a enfrentar os impactos da crise causada pela pandemia de covid-19.

Considerando apenas a segunda parcela, que começou a ser paga no último dia 19, 50 milhões de brasileiros receberam R$ 35,5 bilhões. O auxílio emergencial é de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras), por parcela.

Do total pago até agora, R$ 30,3 bilhões foram para beneficiários do Bolsa Família, R$ 14 bilhões para aqueles inscritos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R$ 32,3 bilhões para trabalhadores informais que se cadastraram pelo site ou pelo aplicativo Caixa Auxílio Emergencial.

O banco recebeu 106,6 milhões de solicitações de cadastro no aplicativo e no site, das quais 101,2 milhões foram processadas até agora. O cadastro no programa pode ser feito até o dia 3 de junho.

Do total de cadastros processados, 59 milhões foram considerados elegíveis e 42,2 milhões inelegíveis. Cerca de 10,6 milhões de pessoas ainda aguardam para saber se terão o benefício: 5,5 milhões de cadastros estão em primeira análise e outros 5,2 milhões em reanálise, quando o cadastro foi considerado inconsistente e a Caixa permitiu a correção de informações. (Agencia Brasil)

Novo Plano Decenal de Energia trará ajustes por causa da pandemia

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque informou, na sexta-feira (29), que a nova versão do Plano Decenal de Energia (PDE 30), a ser apresentada em julho, terá ajustes no planejamento energético em razão da pandemia do novo coronavírus. Elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para um período de 10 anos, o plano traça diretrizes para os sistemas de geração e transmissão de energia, tomando como base a demanda de mercado.

"Estamos atualmente fazendo os ajustes necessários ao plano com o objetivo de torná-lo público no mês de julho. Nossa intenção é enviar um sinal claro ao mercado e tornar o Brasil um ambiente ainda mais amigável para os investidores, com maior previsibilidade e um marco regulatório atualizado", disse o ministro, durante videoconferência com líderes empresariais e autoridades governamentais de energia organizada pela Agência Internacional de Energia (AIE) e pelo governo do Reino Unido.

O evento reuniu ministros e autoridades governamentais de 11 países (Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Polônia e Singapura), além do diretor executivo da AIE, Fatih Birol. Eles debateram com os presidentes de 10 empresas globais de energia o status atual e o futuro dos investimentos em energia e sua sustentabilidade e segurança.

Em sua fala, Bento Albuquerque disse que uma das consequências da crise gerada pela pandemia de covid-19 no país foi o adiamento das licitações de energia elétrica previstas para este ano. "Estamos enfrentando uma crise sem precedentes, que nos obrigou a adiar as licitações de energia elétrica programadas para 2020 e a examinar cuidadosamente o nosso plano de energia elétrica para os próximos 10 anos para adaptá-lo às condições impostas pela pandemia da covid-19 e suas consequências."

A crise gerada pela pandemia do novo coronavírus reduziu a demanda de energia elétrica no país. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em maio, a previsão de carga mensal no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve apresentar queda de 10% na carga em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado.

A maior queda deve ocorrer na Região Sudeste, com recuo de 11,3%, chegando a 34.658 MW médios. Em seguida, vêm as regiões Nordeste, com redução de 10,4% e carga de 9.941 MW médios; e Norte, com previsão de queda de 7,3% e carga de 5.198 MW médios. No Sul, haverá menor baixa na carga, de 6,4% e 10.482 MW médios.

De acordo com o ONS, a estimativa é que a carga no Sistema Interligado Nacional tenha retração de 5,4%, em junho, ficando em 60.285 MW médios. Caso a estimativa seja confirmada, será a quarta queda seguida no ano. A primeira foi em março, com os primeiros efeitos da pandemia do coronavírus no país, com redução de 0,6% na carga. Em abril, houve recuo de 11,6% e, em maio, a previsão está na casa de 10% de redução na comparação com os mesmos meses de 2019. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Especialistas questionam estudo que invalidou uso de cloroquina

Após afirmar em artigo médico-científico que o uso da hidroxicloroquina não é eficaz e pode causar riscos cardíacos para pacientes, a revista médica The Lancet - uma das mais antigas publicações da área, em circulação desde 1823 - foi questionada publicamente pela metodologia e pelo viés nos resultados da pesquisa.

Em carta aberta ao público, 120 cientistas médicos, pesquisadores e estatísticos de várias partes do mundo, em especial Itália, França, Espanha e Estados Unidos, de várias instituições médicas de renome, como a Harvard Medical School, o Imperial College London, Universidade Médica da Pensilvânia, Universidade Duke, entre outras, afirmaram que não há como revisar os dados utilizados, já que os nomes dos pacientes e os hospitais onde foram registrados os números não estão disponíveis para consulta. Os especialistas apontaram, ainda, uma falta de "revisão ética" na publicação. "É por interesse na transparência [das informações] que solicitamos que a publicação The Lancet torne aberta a pesquisa aos comentários dos pares que fizeram a revisão desse estudo", afirma o documento.

Em uma rede social, o professor de infectologia da Universidade australiana de Monash Allen Cheng - que assina a carta aberta à revista - afirma que, apesar de haver óbitos de cidadãos australianos medicados com cloroquina no estudo, os números não batem com a realidade documentada pelo país, o que levanta suspeita sobre a base de dados utilizada para validar o levantamento.

O artigo publicado pelo jornal médico levou a OMS a suspender as pesquisas com a hidroxicloroquina como possível medicamento contra a covid-19.

Críticas ao estudo

Entre os argumentos citados na carta, a forma como os dados foram obtidos foi a maior razão de críticas dos autores. O instituto responsável pela filtragem das informações dos pacientes clínicos é a empresa Surgisphere - uma companhia de mineração de dados médicos que não revela as fontes de onde as informações são colhidas. Os autores, que endereçaram o documento ao editor-chefe da revista, o médico britânico Richard Horton, pediram ainda que a Organização Mundial da Saúde (OMS) valide de forma independente os estudos sobre a cloroquina, a hidroxicloroquina e os protocolos antirretrovirais ainda em estudo em diversas partes do mundo.

O levantamento

Segundo o estudo publicado pela The Lancet, quatro cardiologistas avaliaram dados de 671 hospitais distribuídos por diversos continentes. Cerca de 96 mil pessoas fizeram parte do levantamento, sendo que 15% - 14.888 pacientes - foram medicados com 4 combinações diferentes de medicamentos, mas nenhum com o mesmo protocolo adotado no Brasil, que envolve também azitromicina e zinco. (Agencia Brasil)

Trump assina decreto que limita proteção a redes sociais

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, editou na quinta-feira (28) um decreto (*executive order*, termo utilizado em inglês) para regular as redes sociais no país. A iniciativa pode ter impactos no Brasil, uma vez que as principais plataformas utilizadas no país, como Facebook, Twitter, WhatsApp e Instagram, têm sede nos Estados Unidos, e caso haja obrigações legais, elas podem se estender também aos usuários brasileiros.

Trump anunciou o decreto após o Twitter ter inserido um aviso a uma publicação do presidente alertando para o risco de que continha informações incorretas. Na sexta-feira, novamente o Twitter inseriu um novo aviso sobre uma publicação do presidente acerca dos protestos em Mineápolis sugerindo que ela continha apologia à violência.

O decreto prevê a abertura de um debate para reformar a seção 230 da Lei de Decência na Comunicação, segundo a qual plataformas que hospedam conteúdos de terceiros não podem ser responsabilizadas por estes. Ela prevê, contudo, determinados tipos de moderação de conteúdo, como aqueles violentos, obscenos e assediadores.

A intenção do decreto de Trump é "clarear" o escopo dessa "imunidade", não devendo se estender a quem usa o poder de meio de comunicação para censurar certos pontos de vista. A ordem determina que a autoridade regulatória de comunicações do país (FCC, na sigla em inglês) emita uma regulamentação que defina em que sentido serviços de comunicações interativos possam se valer dessa "imunidade legal".

O texto indica quais tipos de ações não deveriam gozar dessa condição se forem inconsistentes com o termo de serviço de uma plataforma, se não garantirem o devido processo e a notificação do usuário autor bem como qualquer outra política para avançar nas diretrizes do decreto.

O decreto prevê ainda que os órgãos do Executivo Federal revisem o dinheiro gasto em publicidade em plataformas que, segundo o texto, "restringem a liberdade de expressão", análise que será realizada pelo Departamento de Justiça. Outra determinação aponta que a FCC tome ações para proibir práticas injustas de plataformas que restringem a liberdade de expressão.

"Não podemos permitir que um número limitado de plataformas digitais escolham o discurso que os americanos podem acessar e transmitir na internet. Essa prática é não-americana e antidemocrática. Quando companhias poderosas de redes sociais censuram opiniões das quais discordam, elas exercitam um poder perigoso. Plataformas estão atuando em uma censura seletiva que está prejudicando nosso discurso nacional", diz Trump na ordem.

O texto critica diretamente a atitude do Twitter de inserir alertas em *posts*, acusando-a de trazer um "viés político". O presidente acrescenta que "dezenas de milhares de americanos" reclamaram da classificação de conteúdos como inapropriados por plataformas. O governo federal criou um canal de denúncia nesse sentido em maio de 2019, tendo recebido mais de 16 mil reclamações. (Agencia Brasil)

Brasil chega a 465,1 mil casos e 27,8 mil mortes da Covid-19

O balanço diário divulgado pelo Ministério da Saúde trouxe 26.928 novas pessoas infectadas com o novo coronavírus, totalizando 465.166. O resultado marcou um acréscimo de 6,1% em relação a quinta-feira (28), quando o número de pessoas infectadas estava em 438.238.

A atualização do Ministério da Saúde registrou 1.124 novas mortes, chegando a 27.878. O resultado representou um aumento de 4,2% em relação a ontem, quando foram contabilizados 26.754 falecimentos por covid-19.

Do total de casos confirmados, 247.812 estão em acompanhamento e 189.476 foram recuperados. Há ainda 4.245 óbitos sendo analisados.

A letalidade (número de mortes pelo de casos confirmados) ficou em 6% e a mortalidade atingiu 13,3 por 100 mil habitantes.

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de falecimentos (7.275). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (5.079), Ceará (2.859), Pará (2.827) e Pernambuco (2.669).

Além disso, foram registradas mortes no Amazonas (2.011), Maranhão (911), Bahia (609), Espírito Santo (560), Alagoas (406), Paraíba (327), Rio Grande do Norte (268), Minas Gerais (257), Rio Grande do Sul (213), Amapá (207), Paraná (173), Distrito Federal (154), Piauí (146), Rondônia (145), Santa Catarina (134), Sergipe (142), Acre (135), Goiás (119), Roraima (108), Tocantins (70), Mato Grosso (56) e Mato Grosso do Sul (18).

Já em número de casos confirmados, o ranking tem São Paulo (101.556), Rio de Janeiro (47.953), Amazonas (38.909), Ceará (38.395) e Pará (36.486). Entre as unidades da federação com mais pessoas infectadas estão ainda Pernambuco (32.255), Maranhão (30.482), Bahia (16.917), Espírito Santo (12.903) e Paraíba (12.011). (Agencia Brasil)

Secretários alertam para necessidade de recursos para educação

Em nota técnica, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) alerta que os estados vêm gastando mais em aulas remotas e outras ações durante a pandemia do novo coronavírus (covid-10) e que, por outro lado, as receitas vêm caindo.

"Trata-se, portanto, de um cenário muito preocupante, que indica que haverá uma retração significativa do gasto público com educação no país em 2020", diz a nota.

De acordo com o Consed, há um descompasso entre receitas e despesas em educação em 2020. "Estamos observando quedas importantes das arrecadações estaduais, que representariam algo próximo de R$ 20 bilhões a menos de recursos para educação e a necessidade de ofertar novas soluções de ensino não presencial que, até o momento, somam R$ 1,9 bilhão".

Segundo o Consed, os estados estão tendo despesas não previstas no início do ano letivo, como, por exemplo, com a oferta de ensino remoto, por meio de aulas mediadas por tecnologia e envio de materiais didáticos; com a segurança alimentar dos alunos; com formação de professores para o ensino remoto; com elaboração de materiais e guias informativos; e com a compra de materiais de enfrentamento ao vírus, como álcool. Ao todo, as secretarias estimam que esses gastos cheguem a R$ 1,9 bilhão.

Há ainda gastos previstos para possibilitar a volta às aulas, como com a realização de avaliações diagnósticas para identificar as lacunas de aprendizagem dos estudantes, oferta de reforço escolar e ações sanitárias preventivas de cuidado à saúde dos estudantes e funcionários.

Queda nas receitas

De acordo com a nota técnica, enquanto as despesas crescem, as receitas diminuem. As secretarias estaduais de Educação identificaram um cenário de contingenciamento do orçamento inicialmente previsto de cerca de 12%, em média ponderada, devido à crise causada pela pandemia. "Buscar a promoção do ensino público de qualidade, de forma equitativa, demanda que os recursos da educação sejam no mínimo mantidos a fim de que as redes estaduais e municipais intensifiquem seus esforços, até o fim do ano letivo de 2020, com condições orçamentárias e financeiras para não deixar nenhum aluno sem acesso a seu direito constitucional da educação", propõem os secretários.

Considerando apenas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com base em informações captadas das secretarias de Fazenda dos estados, o Consed calcula uma queda da receita de 15% a 20% apenas no mês de março, em comparação ao mesmo período de 2019. O ICMS é a principal fonte de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que, por sua vez, é a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país, etapa que vai do ensino infantil ao ensino médio. O fundo é composto por recursos que provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

A queda de arrecadação do ICMS representa, de acordo com a projeção do Consed, uma redução de R$ 20 bilhões no que seria destinado às escolas públicas. "Do ponto de vista orçamentário, a situação da educação pública se agrava rapidamente e é cada vez mais aterrorizante. Todos os sinais de alerta já estão ligados".

O Consed considera urgente que sejam tomadas medidas para que o cenário não se agrave. Entre elas, a votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, LINK que torna o Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. O Fundo, criado em 2006, tem validade até o final deste ano. Projetos para tornar o fundo permanente tramitam no Congresso Nacional.

MEC

O Ministério da Educação (MEC) disse, por meio de nota, que mantém diálogo constante com o Consed, além de outras entidades que representam as comunidades escolar e acadêmica, "com o intuito de estabelecer medidas conjuntas que sejam as mais assertivas neste momento de enfrentamento à pandemia do coronavírus".

O MEC ressalta que criou o Comitê Operativo de Emergência (COE), em que o próprio Consed e outras entidades e órgãos vinculados ao ministério fazem parte, para discutir, de forma integrada, "as melhores soluções, dentro dos princípios da legalidade e da razoabilidade, visando o bem comum". A pasta diz ainda que reúne no portal na internet as medidas que foram tomadas durante a pandemia. (Agencia Brasil)

Denúncias apontam para escalada da violência contra mulheres no país

O número de denúncias de violência contra mulheres que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu em 2019, por meio da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, aponta uma escalada do processo de violações à integridade e aos direitos das mulheres no país.

O balanço divulgado na sexta-feira (29) pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos revela que na passagem de 2018 para 2019, o total de tentativas de feminicídio denunciadas por meio do Ligue 180 aumentou 74,6%, saltando de 2.075 para 3.624 notificações.

"Hoje, estamos apresentando os números do Ligue 180 com tristeza. Em 2019, apresentei os dados de 2018, quando a gestão da política pública não estava nas minhas mãos, mas, agora, apresento os dados já de minha responsabilidade. Avançamos nas políticas públicas? Avançamos. E estamos trabalhando muito, principalmente em relação às [vítimas] invisibilizadas. Infelizmente, apesar disso, a violência cresceu. Ainda assim, não vamos desanimar diante destes números", afirmou a ministra Damares Alves.

Políticas Públicas

Para a ministra, os resultados destacam a importância de se discutir a reformulação de políticas públicas: "Já estamos conversando com o Parlamento, inclusive sobre a adequação de legislação, pois esses resultados nos levam a refletir sobre as prioridades nacionais, inclusive a orçamentária. Como está o Orçamento da União para idosos? O que é destinado ao combate à violência contra pessoas com deficiência? Acho que os dados vão nos motivar a fazer uma revisão geral de prioridades de políticas públicas, indicações de emendas parlamentares e, também, no Orçamento da União".

Durante a apresentação dos dados, Damares Alves admitiu ter ficado "negativamente impressionada", tal como já havia ocorrido na semana passada, quando a Ouvidoria Nacional divulgou os números de denúncias de violência contra crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais e presidiários, registrados pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), no ano passado.

Acolhimento

A secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Rodrigues Britto, disse que " lamentavelmente, as informações indicam o crescimento expressivo do número de denúncias de tentativas de feminicídios". Segundo ela, os dados revelam um processo de escalada da violência "que precisa ser interrompido".

Cristiane destacou que algumas ações foram adotadas pelo ministério para tentar conter a violência contra as mulheres, entre elas a reformulação do modelo da Casa da Mulher Brasileira, espaço de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência.

Violência Policial

Também chamam a atenção o aumento de 471% no número de denúncias de violência policial contra mulheres e o crescimento de 400% da violência contra a diversidade religiosa. No primeiro caso, os registros passaram de 99 queixas em 2018, para 566 notificações em 2019. Já no segundo caso, os telefonemas para o Ligue 180 passaram de três para 15.

Para o ouvidor nacional de Direitos Humanos, Fernando César Pereira Ferreira, a diferença nos números se deve mais a mudanças de metodologia do que ao aumento das agressões. Também pode ser resultado das campanhas publicitárias que o próprio ministério fez para estimular a denúncia.

De acordo com Ferreira, isso também vale para os casos de violência moral, cujas denúncias aumentaram 46% de 2018 para 2019. E também para a redução das denúncias de violência psicológica (-100%) e patrimonial (-100%), duas classificações redefinidas e cujos casos relatados no ano passado foram somados à categoria violência doméstica e familiar – contribuindo para o aumento do número de registros deste último tipo de denúncia.

"Fazemos os registros específicos de cada tipo de violência. No que se refere à violência policial, adotamos um marcador específico [uma classificação própria] e, a partir daí, passamos a receber um volume de denúncias específicas, o que não ocorria anteriormente", disse Ferreira. Segundo o ouvidor, neste ano a classificação voltou a ser alterado, o que deverá voltar a influenciar nos próximos dados.

"Queria deixar claro que todas estas discrepâncias muito volumosas em termos percentuais ocorreram em razão de mudança de metodologia, de melhor classificação das denúncias e, às vezes, não devido ao aumento do número de denúncias. Mas quanto à violência praticada por policiais [contra as mulheres] vamos fazer uma investigação mais criteriosa para, no futuro, podermos responder", acrescentou o ouvidor.

No sentido contrário, os registros de homicídios notificados por meio do Ligue 180 diminuíram 84% de 2018 para 2019 e as denúncias de tentativas de homicídio e de violência física contra mulheres caíram, respectivamente, 70% e quase 42%, no período. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos também registrou um menor número de casos de ameaças genéricas (-74%) e de tráfico de mulheres (-63%), bem como de cárcere privado (-18%), dentre outros crimes.

Números

Criada em 2005 para orientar mulheres vítimas de violência sobre seus direitos e serviços protetivos, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 passou a receber denúncias em 2014, encaminhando-as aos órgãos locais competentes. Os telefonemas para o serviço são gratuitos e confidenciais.

Em 2019, o serviço recebeu mais de 1,3 milhão de telefonemas – metade das 2,6 milhões chamadas atendidas em 2018. E o número de denúncias registradas também foi menor: 92.663, em 2018, contra 85.412, no ano passado. Considerando a diferença dos números absolutos, o percentual de denúncias registradas em 2019 foi superior ao de 2018. Segundo o ministério, isto também se deve a "ajustes metodológicos" na contagem de ligações, realizados em agosto de 2018.

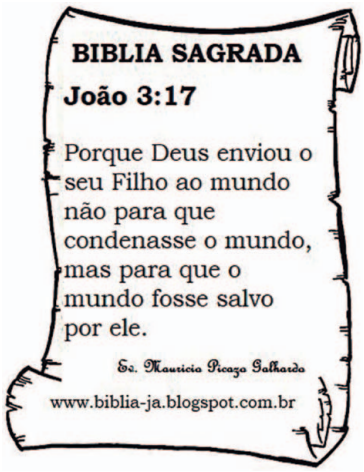
Ainda assim, no ano passado, as denúncias de crimes e violações representaram apenas 6,5%, ou 85.412, do total das chamadas atendidas. Outras 629,5 mil (47%) ligações foram para obtenção de informações sobre a rede protetiva.

Em termos gerais, os casos de violência doméstica e familiar respondem por 78% do total de denúncias. Em seguida vêm os casos de tentativa de homicídio (4%), violência moral (4%), ameaças (3%), cárcere privado (3%), violência sexual (2%), violência física (2%) e outros (4%).

Quase metade das vítimas que ligaram para o Ligue 180 no ano passado relatou ser vítima de violações semanais. Duas em cada dez destas mulheres sofriam abusos e violência diariamente. A maioria das vítimas é parda, solteira, tem entre 18 e 30 anos e o ensino fundamental completo. Já os agressores são, na maioria, homens (84%), pardos, com 25 a 40 anos de idade e ensino fundamental incompleto.

Considerando o número de denúncias por grupo de 100 mil habitantes, os estados com maior número de notificações são Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais. A discrepância entre os resultados apresentados por estas três unidades da federação e as outras 24 indica, segundo Ferreira, a necessidade de melhorar a política de estímulo à denunciação da violência contra as mulheres e de divulgação de serviços como o Ligue 180 nas demais.

Segundo a ouvidoria nacional de Direitos Humanos, já foi registrado um aumento do número de denúncias nos quatro primeiros meses deste ano – especialmente a partir de fevereiro. O que, segundo o ouvidor nacional, se deve à pandemia da covid-19, que forçou as pessoas em geral a permanecerem mais tempo em casa, o que, paradoxalmente, expõe as vítimas ao maior convívio com agressores. Além disso, o serviço também vem sendo aperfeiçoado, com mais estímulo às denúncias e redução do tempo de espera. (Agencia Brasil)



Saque aniversário do FGTS poderá ser usado para garantir empréstimos

Em vigor desde abril para parte dos trabalhadores que aderiram à modalidade, o saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser usado como pagamento ou garantia de empréstimos com instituições financeiras. A medida valerá para linhas de crédito contratadas a partir de 26 de junho.

A última medida que faltava para liberar o uso da modalidade como garantia foi tomada na última quarta-feira (27) pelo Ministério da Economia, que atualizou o Manual de Orientação às Instituições Financeiras da Caixa Econômica Federal. No fim de abril, o Conselho Curador do FGTS havia aprovado a modalidade de garantia.

A garantia representa um bem ou ativo que o tomador do empréstimo dá às instituições financeiras como proteção para possíveis calotes. Em caso de inadimplência, os bancos executam as garantias, diminuindo o risco das operações para o sistema financeiro.

Até a totalidade do saque-aniversário poderá ser dada em garantia, o que permite ao trabalhador obter o máximo de financiamento com base nos recursos a quem tem direito. Para as taxas de juros praticadas nas operações será usado o teto do consignado no serviço público.

No App FGTS e no site do fundo, o trabalhador poderá realizar os seguintes serviços: autorização de consulta ao valor do saque-aniversário disponível para alienação/cessão fiduciária; autorização para a instituição financeira consultar e solicitar bloqueio de parte do saldo de sua conta FGTS; acompanhar a evolução da operação de alienação ou cessão fiduciária contratada com a instituição financeira. A autorização apresentada pelo trabalhador para consulta de saldo e solicitação de bloqueio terá vigência de acordo com sua opção de contratação.

Retiradas anuais

O saque-aniversário permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do FGTS a cada ano, no mês de aniversário, em troca de não receber parte do que tem direito em caso de demissão sem justa causa.

O dinheiro poderá ser retirado até dois meses depois do mês de aniversário. O valor a ser liberado varia conforme o saldo de cada conta em nome do trabalhador. Além de um percentual, ele receberá um adicional fixo, conforme o total na conta. O valor a ser sacado varia de 50% do saldo sem parcela adicional, para contas de até R$ 500, a 5% do saldo e adicional de R$ 2,9 mil para contas com mais de R$ 20 mil.

Ao retirar uma parcela do FGTS a cada ano, o trabalhador deixará de receber o valor depositado pela empresa caso seja demitido sem justa causa. O pagamento da multa de 40% nessas situações está mantido. As demais possibilidades de saque do FGTS – como compra de imóveis, aposentadoria e doenças graves – não são afetadas pelo saque aniversário. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) NICOLAU BALADI (CPF 036.716.848-01) e s/mulher CIBELE NEME CURY BALADI (CPF 085.469.648-23), FABIO BALADI (CPF 077.026.438-70), e s/mulher MARINA GAZZANO BALADI (CPF 003.828.238-08); CARLA BALADI CHOHFI (CPF 092.632.118-84) e s/marido RUBENS CHOHFI JUNIOR, (CPF 066.043.718-08) e PEDRO BALADI (CPF 899.275.208-63), expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE – Proc. 1103436-56.2017.8.26.0100 – Ajuizada por BANCO DO BRASIL S.A (CNPJ 00.000.000/0001-91). O Dr. RODRIGO RAMOS, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro no artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 205 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (www.camino.trf.jus.br/guidelines/) por todo o período de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/06/2020 às 14:00h, e com término no dia 10/06/2020 às 14:00h, entregando-o a quem mais der e maior lance igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/06/2020 às 14:01h, e com término no dia 30/06/2020 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) das matrículas abaixo descritas. LOTE 1 – Matrícula nº 99.907 do 1º CRI da Capital/SP. AVALIAÇÃO: R$ 2.969.668,50 (Dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente atualizado pela tabela prática do TJSP, em janeiro/2020. LOTE 2 – Matrícula nº 46 do 4º CRI da Capital/SP. AVALIAÇÃO: R$ 1.944.519,25 (Hum milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos), devidamente atualizado pela tabela prática do TJSP, em janeiro/2020. **Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães** (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte no dia 02/06 às 19 h. www.comprarcontribuir.com.br. Av. Doutor João Guimarães, 315A Morumbi SP/SP (11) 2579-0542 crayonleiloes@gmail.com

Edital de Citação - Prazo 20 dias - Processo 1002806-31.2019.8.26.0100. O Dr. Regis de Castilho Barbosa Filho, Juiz de Direito da 41ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a **Revy Cria Confecções Ltda Epp**, CNPJ 14.383.705/0001-40, na pessoa de seu representante legal, JOSIVEL TAVARES DOS SANTOS, CPF 044.180.963-83 e JOAO BRAITS SILVA, CPF 803.014.983-49 e que nos termos da Ação de Cobrança, objetivando o recebimento de R$ 103.884,32 (17.01.2019), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao saldo devedor do Contrato de Operação de Desconto de Duplicatas vinculado ao Contrato para Descontos de Recebíveis - Contínguos Regulados nº 900192798 - Operação nº 000004995002001665, bem como ao pagamento de custas e honorários advocatícios, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, para que no prazo de 15 dias, a contar após os 20 dias supra, para que pague o que lhe for cobrado, ou apresente defesa, sob pena de revelia e presunção de veracidade das questões de fato alegadas pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de janeiro de 2020. B - 30 e 02/06

Leilão Judicial **FAZ SABER** a **Brasília Maquinas e Ferramentas Ltda, na pessoa de CLEUZA SALUNDO BELLUZO, domiciliado em local incerto e não sabido,** que lhe foi movida Ação MONITÓRIA por **Banco Santander (Brasil) S/A**, alegando em sinteese: concedeu a ré um limite de crédito rotativo disponível na conta corrente nº 13006761, de sua titularidade e, conforme proposta de abertura de conta, limite de crédito e contratação a produtos e serviços bancários - pessoa jurídica - BUSINESS (operação nº 0005150167100017), que a utilizou dos valores disponibilizados - sem a necessária cobertura, razão pela qual tornou-se devedora da quantia de R$ 240.523,24, conforme planilha que acompanha a inicial. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, para que pague o débito, ou embargue a ação, ficando isento de custas e honorários em caso de pagar então, sob pena de conversão de mandado inicial em título executivo. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por ext ratto, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. B - 30 e 02/06

4ª Vara da Família e Sucessões - Foro Central Cível. 3ª Ofício da Família e Sucessões - Foro Central Cível. Processo nº 1086334-30.2019.8.26.0100 - Interdição - Tutela e Curatela - Requerente: Ana Carolina de Matos Bertolo. Requerido: Gustavo Henrique de Matos Bertolo. Requerida por Roseira Angélica de Paula Couto - Processo nº 1085324-30.2019.8.26.0100. O Dr. Ricardo Cunha de Paula, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões - Foro Central Cível, Comarca de São Paulo do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. Pleito seu, aceito o pedido para decretar a INTERDIÇÃO de IRENE BATISTA DE PAULA, brasileira, solteira, aposentada, RG 4.047.919-5, CPF 869.384.848-49, com endereço à Rua Lefevre, 84, Casa do Seu Antão Franco, Vila Invernada, CEP 03349-015, São Paulo/SP, nascida em São Paulo, SP, em 26/06/1948, filha de Edgard Batista de Paula e de Terezinha da Silva Paula, portadora do Transtorno Demencia no grau de Alzheimer de início tardio, F00.1 pela CID 10, detentora dos atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando-lhe curadora ROSANA ANGELICA DE PAULA COUTO, brasileira, casada, servidora pública estadual, RG 21.420.084, CPF 148.292.858-67, com endereço à Rua Lefevre, 168, Apto 32, Vila Invernada, CEP 03349-015, São Paulo/SP São Paulo, 11.05.2020. B - 30 e 02/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1086711-80.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Maria Carolina de Matos Bertolo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Fazer Saber que, pela presente, foi ajuizada Ação de Homologação de Administração Provisória Para Pessoa Jurídica, com pedido de antecipação de tutela, pelo Procedimento Comum, pleiteando sua nomeação como administrador provisório do Grêmio Recreativo dos Funcionários do Instituto da Criança, CNPJ 01.453.482/0001-21, a fim de realizar a eleição para a escolha de sua nova diretoria. Sendo deferido o pedido de concessão de tutela de urgência e nomeado o autor como Administrador Provisório do Grêmio Recreativo dos Funcionários do Instituto da Criança, para o fim único de convocar e presidir assembleia para recomposição dos quadros da entidade, nos termos de seu Estatuto Social, no prazo improrrogável de 90 dias, sob pena de multa diária, sem prejuízo das demais cominações administrativas, civis e penais. Sendo o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de fevereiro de 2020. B - 30 e 02/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1107951-21.2016.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Maria Carolina de Matos Bertolo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Fazer Saber que, pela presente, foi ajuizada Ação de Cobrança, pelo Procedimento Comum Cível, objetivando cobrança e rito ao pagamento de R$ 162.52 (31.08.2016), corrigidos e acrescidos de encargos legais, referente ao débito do saldo de prestação de serviço nº 1015507. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. B - 30 e 02/06

36ª Vara Cível - Foro Central Cível. 38º Ofício. Edital de Citação de Otávio Domingues Junior, expedido nos autos da Ação Reivindicatória com Pedido de Tutela de Urgência Antecipada, requerida pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo-COHAB-SP, com prazo de 20 dias - Processo nº 1117621-02.2017.8.26.0100. A Dra. Thania Pereira Teixeira de Carvalho Cardin, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível - Foro Central Cível, na forma da lei. Faz Saber a Otávio Domingues Junior, de qualificação ignorada, que por parte da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo-COHAB-SP, lhe foi ajuizada uma Ação Reivindicatória com Pedido de Tutela de Urgência Antecipada objetivando determinar a imediata posse do apartamento nº 206, Bloco C, Centro, Conjunto Residencial Vila dos Idosos, localizado na Avenida Carlos de Campos nº 840, São Paulo/SP, devido ao abandono do mesmo. Nestas condições, ajuizada a presente ação, foi requerida a confirmação da tutela antecipatória para imediata reintegração de autora na posse do imóvel. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. B - 30 e 02/06

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006024-11.2018.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Jabaquara, Estado de São Paulo, D(a). Samira de Castro Lorena, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Aldo Adriano Pereira (CPF: 125.653.518-33), que nos autos da ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Multiplo, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 316,48. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. - PROCESSO Nº 1135371-51.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, na forma da Lei, etc. Faz Saber a AMC Comércio Importação e Exportação Ltda (Falida) 14.006.477/0001-74), que Fundo de Recuperação de Ativos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 122.015,82 (novembro/ de 2016), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços nº 5007593158. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019986-58.2014.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - Ipiranga, Estado de São Paulo, D(a). Mário Deccache, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VASCONCELOS ALVES LIMA, Brasileiro, CPF 261.767.278-31, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco Santander (Brasil) S/A, objetivando o recebimento da quantia de R$ 168.313,23, (mês 10/2014), decorrente do crédito pessoal aprovado e disponibilizado pelo autor na conta corrente do réu nº 003355900010843844. Alega que o réu não efetuou o pagamento das parcelas assumidas, acrescendo o vencimento antecipado da totalidade da dívida. Encontrando-se o mesmo em lugar ignorado, foi deferida a sua CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo de vinte dias contados a partir da publicação do presente, pague o débito, ou ofereça embargos, sob pena de incorrer na importância supra, ficando cliente, outrossim, de que neste último caso ficará sendo de custas e honorários advocatícios e de que na hipótese de não oferecerem os embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de abril de 2020. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1078042-47.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Claudio Antonio Mazzuoli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Michelle da Costa Bulhões (CPF: 309.798.128-44), que Fundação Armando Alves Pereira lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 58.535,15 (janeiro de 2020), representada pelo Contrato de Locação para fins comerciais do imóvel localizado na Rua Barão do Ipiranga,nº 88, sala 91, Capital/SP. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de novembro de 2019. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009385-53.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Luis Manuel Fonseca Pires, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) G. TECIDOS E CONFECÇÃO LTDA - EPP, CNPJ 23.286.688/000-13, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Manardo Comércio Exportação e Importação Ltda. Me, alegando em sinteese, que a presente execução refere-se ao saldo devedor da Nota de Crédito Comercial nº 000000000000001, executada GL TECIDOS E CONFECÇÃO EIRELI - ME restou frustrada. A referida empresa, encerrou suas atividades e seus sócios desaparecem com os bens que compõe a sociedade. Impossibilitada de receber seus créditos que se encontram vencidos, encontrando-se os sócios que compõe a sociedade em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de novembro de 2019. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005794-36.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Claudio Antonio Mazzuoli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RYAN LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. ME, CNPJ 08.831.312/0001-59, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Scania Banco S.a., alegando em sinteese que a ação de Busca e Apreensão, ajuizada por Scania Banco S/A contra referida empresa, foi julgada procedente. Iniciada a fase de cumprimento de sentença para cobrança das verbas e despesas processuais, no valor de R$ 8.813,06 (julho de 2019). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento do débito, sob pena de incidência de multa de 10% e honorários advocatícios fixados em 10%, sem prejuízo da expedição de mandado de penhora e avaliação. Decorrido o prazo supra, sem pagamento de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, sendo nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de novembro de 2019. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006664-45.2019.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, D(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Martins Antônio dos Santos Junior (CPF: 479.682.758-72), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 148.224,82 (Maio de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 0111.7.0445. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de novembro de 2019. 29 e 30 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1109288-32.2015.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: RAI UNIBANCO S.A. Executado: Antônio Acir Rosa e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1109288-32.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Antônio Acir Rosa (CPF: 726.517.336-87) e Natal Acir Rosa (CPF: 336.596.356-34), que Itaú Unibanco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 68.387,024,50 (novembro de 2019), representada pelas Cédulas de Crédito Bancário, de números 101140700100300 e 101140700100600. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. 29 e 30 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1035680-58.2017.8.26.0100. Classe: Assunto: Monitória - Contratos Bancários. Requerente: BANCO DO BRASIL S/A. Requerido: Martinez & Oliveri Apercebimento e Intermediações de Negocios Ltda e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1035680-58.2017.8.26.0100. O Juiz de Direito da 45ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Ernesto Arruda Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Fernando Martinez Filho (CPF: 195.313.668-02), que Banco do Brasil S/A lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$96.754,59 (maio de 2017), decorrente do Contrato de Abertura de Crédito – BB Giro Empresa Flex nº 475.701.144. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou apresente embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de abril de 2020. 29 e 30 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1048779-94.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). LEILA HASSEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Leilatar Importadora de Artigos de Presentes Ltda EPP (CNPJ: 15.091.637/0001-08) e Nabil Hormos (CPF: 233.678.276-06), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 252.795,91 (março de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 33815. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de outubro de 2019. 29 e 30 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1002142-84.2019.8.26.0004. Classe: Assunto: EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1002142-84.2019.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, D(a). Maria Claudia Bedotti, na forma da Lei, etc. Faz Saber a M F R Distribuidora de Hortifruti Ltda (CNPJ: 05.026.988/0001-12), Francisco Salles Borges Leal (CPF: 157.911.303-68) e Renata Sousa Leal (CPF: 393.141.958-48), que Itaú Unibanco S/A, lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$96.754,59 (março de 2017), decorrente do Contrato de Abertura de Crédito – BB Giro Empresa Flex nº 475.701.144. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou apresente embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de abril de 2020. 29 e 30 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1031672-18.2014.8.26.0002. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: IRESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Requerido: GIOVANNI PICCILLI. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1031672-18.2014.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, D(a). LUIZ RAPHAEL HUSSNY LENCIONI VALDEZ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GIOVANNI PICCILLI, CPF 112.874.708-15, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de IRESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., para cobrança da quantia de R$ 50.321,17 em julho de 2014) em virtude do inadimplemento da operação/contrato nº 13290 0003470102414487, junto à Agencia 3741, Conta Corrente nº 2414-8-7, do Banco Itaú S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de fevereiro de 2020. 29 e 30 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1011249-35.2017.8.26.0001. Classe: Assunto: Monitória - Contratos Bancários. Requerente: RESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Requerido: Eugenia Mobile Planejados Ltda -me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011249-35.2017.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, D(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) JOÃO CLAUDIO DE SOUZA, RG 17.157.809X, CPF: 157.558.898-44, e EUGENIA MOBILE PLANEJADOS LTDA -ME, CNPJ: 19.469.566/0001-95, que lhes foi proposta Cumprimento Sentença Securitizadora de Créditos Financeiros S/A lhes ajuizou ação Monitória objetivando a quantia de R$ 46.843,98, (Abril/2017) decorrente do Convênio para Descontos Rotativo de Título, Cessão de Créditos Cobrança Custódia e Depósito sob nº 05415 – 0014056716350/07. Encontrando-se o requerido em local incerto e não sabido foi deferido a CITAÇÃO por EDITAL, para que no prazo de 15 (quinze) dias a fluir dos 20 dias do presente edital pague a quantia retro devidamente atualizada, e acrescida de honorários advocatícios no importe de 5% do valor atribuído à causa, restando sento de custas processuais pelo pronto pagamento, ou em igual prazo ofereçam embargos monitórios, sob pena do silêncio a constituição de pleno direito o título executivo judicial independente de qualquer formalidade, nomeando-se para o cargo Curador Especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de April de 2020. 29 e 30 / 05 / 2020

11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: 1033666-39.2018.8.26.0100. Classe: - Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Arte Urbana Confecções Ltda. Vistos. Tendo em vista que a forma processual adotada nos meios Virtuais para a localização da parte ré, defino a citação editalícia requerida às fls. 269/290, sendo a presente decisão como edital. Este Julgado FAZ SABER a Arte Urbana Confecções Ltda., domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL por BANCO BRADESCO S/A, alegando em sintese: "A exequente, em 11/ 09/2015, concedeu ao executado um crédito no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro – nº 009.541.763, sendo a inadimplência do referido instrumento, a executada deu como garantia: DUPLICATAS REGISTRADAS EM CONTA APARTADA RAZÃO 07-09 CONTA 11.726-9 R$ 99.972,00 (Noventa e nove mil, trezentos e setenta e dois reais). Ocorre que o executado deixou de efetuar o pagamento das prestações vencidas a partir de 11/01/2016, incorrendo assim no vencimento antecipado do contrato. Proposta a ação no valor de R$ 96.645,50 (noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) em 28/03/2018." Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nos termos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 370,86, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 12 de maio de 2020. Dimitrios Zervos Varelis. Juiz de Direito. 29 e 30 / 05 / 2020

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ Nº 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Extraordinária - dia 08 de junho de 2020 - TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da sociedade Moinho Progresso S/A, a ser realizada em Moinho Progresso S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, rua Emílio Goeldi nº95, a realizar-se às 11:00 horas, do dia 08 de junho de 2020, tendo a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre a ratificação das aprovações efetivadas pelos acionistas na Assembleia realizada em 22 de abril de 2020, na qual foi aprovado o voto Estatutário Social da Companhia e o balanço contábil referente ao exercício de 2019;(ii) deliberar sobre a autorização para realização de uma oferta pública de ações da Sociedade, estudo sobre reclassificação de contas e necessárias atualizações contábeis; (iii) deliberarem para ratificação da compra pela sociedade da totalidade de ações de acionistas que se retiram do quadro social; (iii) deliberar sobre a aprovação de regularização de anotações no livro de registro de ações nominativas da companhia; (iv) deliberar sobre assuntos gerais. São Paulo, 28 de maio de 2020. **Conselho de Administração do Moinho Progresso S.A.** (28-29-30)

CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização

Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª Série da 1ª Emissão

da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização - Edital de Convocação

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 4ª Série da 1ª Emissão da Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização ("Emissora do CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a Pentagono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Pentagono Facilitador") e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir **Assembleia Geral** ("AG"), a ser realizada em segunda convocação em **12 de junho de 2020, às 10:00h**, que ocorrerá de forma remota e eletrônica através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, a ser disponibilizada pela Emissora, conforme detalhado abaixo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 22 item "i" do Anexo Normativo da IN RFB 1.888/19 ("Anexo Normativo") da Instrução CVM 600, das Demonstrações Financeiras do período compreendido pelo Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª Série da 1ª Emissão da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019. Considerando a situação de calamidade pública causada pela pandemia da COVID-19, e em atenção ao Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de São Paulo, bem como ao Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020, com o objetivo de preservar a saúde dos Titulares dos CRA e demais participantes, a AG será realizada de forma virtual, por videoconferência, com exclusivo emprego de acesso remoto, a ser disponibilizado oportunamente pela Emissora, através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, sendo certo que somente poderão participar pessoas que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, com antecedência mínima, preferencialmente, de 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para a realização da AG, para o endereço eletrônico da Emissora (ventura@cibrasec.com.br) e do Agente Fiduciário (operacoes@pentagonoinvestimentos.com.br). Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., os titulares dos CRA poderão ser representados por procuração, emitida por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, ou abrem bancário, acompanhado de cópia do documento de identidade do outorgante. A AG será instalada, em segunda convocação, com os termos da cláusula 12.4 da Termo de Securitização, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA em Circulação. Ficam os senhores Titulares dos CRA convidados a se reunirem, em primeira ou segunda chamada, na data e hora acima, na Instituição Custodiante do Patrimônio Separado não contém ressalvas, serão consideradas automaticamente aprovadas, caso a AG em referência não seja instalada na segunda convocação. São Paulo, 29 de maio de 2020. **CIBRASEC Companhia Brasileira de Securitização**

Pacer Logística S.A. – CNPJ/NIRE nº 12.621.274./0001-87

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas

Ficam convocados os Titulares das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 481 30 de maio a 5 de junho de 2020

Nacionais

VW Nivus, brasileiro para europeu ver!

Com design inovador, que mistura elementos de SUV e linhas de cupê esportivo e novos conceitos de conectividade e streaming, que fazem dele o 1º "smart car" da América Latina, o VW Nivus foi apresentado mundial, de uma forma totalmente digital, do Brasil para o mundo. O novo modelo foi desenvolvido pela Volkswagen América do Sul e será produzido inicialmente na fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP), para comercialização no mercado latino-americano. Em um segundo momento, o modelo será produzido também na Europa.

O Nivus será lançado oficialmente no mercado brasileiro nas próximas semanas. Na Argentina, o modelo chega às concessionárias no fim do segundo semestre deste ano. Em 2021, é a vez de os demais mercados sul-americanos receberem o Nivus, no primeiro semestre. E o modelo será lançado também na Europa, no segundo semestre do ano que vem.

Design inovador, atraente e funcional. Com linhas marcantes e muita personalidade, o Nivus carrega no design uma das características que o torna único no mercado.

A queda rápida e fluida da coluna 'C' é um dos destaques do design. Na lateral, o Nivus tem um perfil cupê bastante característico. As proporções e os volumes definem um caráter atlético e moderno. As rodas de liga leve de 17 polegadas com desenho exclusivo e os protetores de para-lamas pronunciados também contribuem para um conjunto harmonioso, com pegada esportiva e vibrante.

A parte frontal do Nivus traz o típico DNA de design da Volkswagen. Os faróis são conectados com uma grade bastante dominante e com a linhas marcadas no capô, que definem o caráter robusto ao carro. Os faróis de LED, o DRL (daytime running light) de LED e os faróis de neblina também de LED conferem uma identidade visual única para o Nivus, com iluminação precisa e eficiente em todas as condições de uso. Na grade, o novo logo da Volkswagen está mais simples e bidimensional. E faz sua estreia no Nivus, como o primeiro modelo na região América do Sul.

A parte traseira do Nivus é um show à parte: um elemento horizontal une as lanternas de LED, formando uma peça única e extremamente elegante, digna de modelos do segmento premium. As lanternas começam na tampa traseira e se prolongam até parte da lateral, em uma junção única de estética e funcionalidade. Na parte superior, um spoiler integrado à tampa traseira provoca um efeito de prolongamento do teto, um detalhe essencial para definir o estilo cupê e esportivo do Nivus.

O VW Play é um marco tecnológico na indústria e traz uma série de benefícios para os clientes. A central multimídia, totalmente desenvolvida no Brasil, oferece uma inédita experiência de usabilidade intuitiva no mercado brasileiro. Com tela de 10 polegadas de altíssima resolução, sensível ao toque, antirriscos e com 'botões virtuais', esta plataforma oferece não somente os mais modernos recursos de conectividade, mas também garante uma série de serviços e streaming.

Aliado ao painel digital (Active Info Display), cria duas grandes ilhas digitais no painel do Nivus. São duas telas de 10 polegadas (tamanho de um tablet) interligadas, oferecendo conectividade e entretenimento sem precedentes num veículo dessa categoria. Trata-se de um "cockpit digital" dotado de uma interface intuitiva, lógica, inteligente e moderna, que pode ser comandada pelos botões no novo volante, o mesmo utilizado pelo Novo Golf.

Comodidades virtuais exclusivas

Junto com o Nivus estreia também a VW Play APPs, uma loja virtual exclusiva para o cliente Volkswagen, para download de aplicativos direto pelo VW Play, com a mesma facilidade com que se baixa um aplicativo em um smartphone. São 10 GB de memória (espaço suficiente para abrigar 25 vezes o tamanho do Waze, por exemplo) para download de uma série de Apps, uma parceria exclusiva com a Volkswagen. Estapar (estacionamento), 12 min (audiobook), Ubook (audiobook), Porto Seguro (seguros), Deezer (música), Waze (navegação) e IFood (delivery de comida) são apenas alguns parceiros, de uma oferta que continuará crescendo para entregar cada vez mais comodidade aos clientes do Nivus.

O VW Play oferece ainda Manual Cognitivo integrado ao veículo (Nivus é o primeiro carro do mundo com este recurso), capacidade para ler praticamente todos os formatos de mídia, excelente qualidade de áudio e incrível capacidade de conectividade com smartphones Android e Apple - neste caso, é o primeiro carro do Brasil com espelhamento sem fio.

Além do uso de inteligência artificial do Manual Cognitivo, outro diferencial do Volkswagen Nivus é o uso massivo de realidade aumentada e virtual, desde o processo de desenvolvimento de protótipos até o showroom das concessionárias. O Nivus realmente chegou para inaugurar uma nova era digital para a Volkswagen, com muita tecnologia. Por meio do DDX (Digital Dealer Experience), o cliente conseguirá ver todos os detalhes do carro em 3D, tudo completamente virtual. Mais de 85% das concessionárias no Brasil estarão equipadas com essa estrutura completa de realidade virtual.

O cliente também poderá conhecer o Nivus em primeira mão, de dentro de casa, usando um app desenvolvido pela Volkswagen com tecnologia de realidade aumentada. Com um smartphone ou tablet, o cliente poderá "viajar" entre o mundo real e o virtual. Poderá ver todos os detalhes, girar o carro, abrir as portas, os vidros ou até mesmo o porta-malas. Aliás, um porta-malas excelente, com 415 litros e fácil acesso.

Por meio do DDX, também é possível conhecer os principais itens de segurança do Nivus. Graças à Estratégia Modular MQB, também utilizada pelos modelos Polo, Virtus e T-Cross, é possível adotar equipamentos até então disponíveis somente em veículos de segmentos superiores.

Detector de Fadiga, ISOFIX e top-tether para fixação de cadeirinha infantil no banco traseiro, Kessy (abertura das portas e partida do motor sem contato com a chave), ESC (Controle Eletrônico de Estabilidade), auxílio de partida em rampas (HHC) e câmera de marcha-à-ré são outros itens de segurança e conforto presentes no Nivus. Os faróis e as lanternas são de LED, assim com o DRL (Daytime Running Light).

O ACC (Adaptive Cruise Control) está entre os itens mais avançados do Nivus. Ele permite ao motorista ajustar a velocidade e a distância que deseja trafegar em relação ao veículo à frente, e o sistema é capaz de acelerar e frear automaticamente. É o único modelo no segmento de compactos no Brasil. O Nivus vem equipado também com o AEB (Autonomous Emergency Brake), recurso que, ao identificar o iminente risco de uma colisão frontal, freia o carro de maneira autônoma, evitando, em alguns casos, completamente uma colisão.

Interior espaçoso e alta performance

Montado sobre a versátil Estratégia Modular MQB - que permite ampla flexibilidade de construção graças aos parâmetros variáveis (entre eles, a distância entre-eixos) - o Nivus oferece espaço interno ideal para levar com conforto até cinco ocupantes.

São 4.266 mm de comprimento, 1.757 mm de largura, 1.493 mm de altura e 2.566 mm de distância entre-eixos. O porta-malas é referência entre hatches compactos e até mesmo a maioria dos utilitários esportivos compactos (SUVs) do mercado, com capacidade para 415 litros. Tal benefício se deve a um design extremamente funcional a partir de uma carroceria em estilo cupê, e se beneficiando de um balanço mais longo. A abertura da tampa do porta-malas pode ser feita por um dos 'botões virtuais' do VW Play.

Alta performance, baixo consumo de combustível e prazer ao dirigir são as principais características do powertrain do Nivus. O motor é o eficiente 200 TSI (família EA211) de três cilindros, flexfuel e com injeção direta de combustível. Este propulsor entrega até 128 cv (94 kw) de potência máxima e 20,4 m.kgf (200 Nm) de torque, quando abastecido com etanol. A transmissão é automática de seis marchas. O motor 200 TSI é produzido na fábrica de São Carlos (SP) e equipa atualmente os modelos Polo, Virtus e T-Cross, com excelente aceitação dos consumidores.

Importados

Novo BMW 330e M Sport chega ao Brasil

A BMW lançou em seu canal de vendas no Instagram (@bmwdobrasil) o novo 330e M Sport, por R$ 297.950. Os interessados devem fazer o cadastro na plataforma, que irá encaminhar as informações para a Rede BMW concluir as negociações. Produzido na Alemanha, o modelo híbrido plug-in do automóvel mais vendido da história da fabricante chega para ampliar a gama disponível no Brasil, que já conta com as versões 320i Sport; 320i Sport GP; 320i M Sport e 330i M Sport. Esta é a primeira vez que a BMW lança um produto por meio de redes sociais no País.

Em termos de equipamentos, o BMW 330e M Sport oferece os mais avançados sistemas assistentes de condução semiautônoma, fortalecendo aspectos como conforto, alta qualidade da experiência de dirigir e a interação entre o motorista e o veículo por meio de tecnologia acessada com praticidade e simplicidade. O modelo é capaz de seguir distância e velocidade do automóvel na sua frente, de reconhecer e permanecer nas faixas de rodagem e até refaz percursos em marcha ré de forma automática.

O BMW 330e M Sport oferece uma combinação inédita do comportamento dinâmico do Série 3 aliado à eficiência energética da última geração da tecnologia BMW eDrive com a motorização plug-in híbrida. A autonomia do veículo em modo puramente elétrico é de até 66 km (ciclo WLTP) e o carregamento pode ser feito de forma gratuita nos mais de 180 pontos de recarga do BMW Group no Brasil ou ainda usando o carregador rápido para instalação doméstica que acompanha o veículo de forma gratuita. A bateria que apoia a condução elétrica possui vantagem de ser reparável, em caso de necessidade e possui garantia de seis anos. Além disso, o modelo possui um tanque de combustível de 40l para gasolina brasileira e se apresenta como solução ideal para o deslocamento urbano ou rodoviário, entregando prazer em dirigir, tecnologia e redução de consumo e emissões.

O sistema plug-in híbrido desenvolve potência combinada de 292 cavalos (34 cavalos a mais do que a versão 330i M Sport) e torque combinado de 420 Nm (20Nm a mais do que a versão 330i M Sport), garantindo uma performance invejável: aceleração de 0 a 100 km/h em apenas 5,9 segundos e velocidade máxima de 230 km/h. Isso ocorre graças à combinação do propulsor BMW TwinPower Turbo 2.0 litros de quatro cilindros, a combustão, com 184 cavalos de potência (5.000 rpm a 6.500 rpm) e 300 Nm de torque (1.500 rpm a 4.000 rpm); com o motor elétrico e uma bateria de íon-lítio de alta voltagem de 12 kWh, que entregam potência equivalente a 113 cavalos (0 a 3.170 rpm) e 256 Nm de torque (0 a 3.170 rpm).

Há diferentes modos de condução em que o veículo pode usar apenas eletricidade até uma determinada velocidade. No modo Hybrid, a velocidade máxima é de 110 km/h usando apenas eletricidade. Já no modo Electric, a velocidade máxima sobe para 140 km/h livre de emissões. Por sua vez, o modo Battery control – que pode ser ativado em conjunto com outros modos de condução como híbrido e sport – mantém ou mesmo recarrega a bateria para um nível definido pelo cliente. Essa função é especialmente útil para aqueles que desejam andar no modo 100% elétrico. Como exemplo, em uma viagem, o cliente pode ativar o Battery control ao se aproximar do destino e assim garantir bateria suficiente para se locomover sem emissões no centro urbano, contribuindo deste modo para a melhora na qualidade do ar.

Vale ressaltar que, assim como os demais veículos plug-in híbridos e elétricos do BMW Group Brasil, o novo Série 3 oferece uma proteção acústica para pedestres, formada por um sistema de alto-falantes externos que emitem um sinal sonoro para alertar os transeuntes da presença do veículo, sem, entretanto, afetar o conforto acústico da cabine.

O novo motor elétrico do BMW 330e Sedan está integrado à transmissão Steptronic de oito velocidades. O sistema de regeneração de energia por frenagem, onde o propulsor elétrico desempenha o papel de gerador, atua de forma especialmente eficaz.

Novos sistemas embarcados

Um recurso totalmente novo é o sistema XtraBoost, ativado por meio do modo Sport, que libera 40 cavalos adicionais aos 252 cavalos de potência combinada dos motores elétrico e a combustão, mantendo essa potência máxima por dez segundos e entregando uma aceleração incrivelmente vigorosa, esportiva e precisa.

No que diz respeito aos equipamentos, o modelo oferece alguns dos mais avançados sistemas assistentes de condução, reforçando aspectos como conforto, otimização da experiência de dirigir e a interação entre o motorista e veículo, por meio de tecnologia intuitiva.

As atualizações de software poderão ser efetuadas em qualquer lugar com acesso à internet permitindo que o veículo esteja sempre com a mais recente programação, assim como acontece com smartphones. A atualização remota também poderá ser feita por intermédio do BMW Connected APP ou diretamente, por meio do display do veículo.

O BMW Inteligent Personal Assistant permite o controle de diversas funções do veículo por meio de comandos de voz e inteligência artificial. A tecnologia também identifica hábitos do motorista e adapta suas funções como, por exemplo, ajustar a temperatura do veículo automaticamente. Seu desenvolvimento recebeu apoio da Engenharia do BMW Group no Brasil para otimizar a interação com o idioma local.

Outro dispositivo, o Driving Assistant Professional, permite a direção inteligente em situações como congestionamentos, trânsito lento ou viagens longas. O sistema inclui funções como alerta de mudança de faixa; alerta de tráfego em cruzamento dianteiro e traseiro; assistente de mudança de faixa com sistema ativo de proteção lateral e alerta de evasão. Já o recurso Reversing Assistant registra os últimos 50 metros percorridos, podendo "desfazê-los" em marcha ré, facilitando a saída de locais ou vias estreitas que dificultam a realização de manobras.

O sistema Parking Assistant Plus, por sua vez, agrega câmera de ré e sensores de estacionamento dianteiro e traseiro, que medem os espaços para estacionar automaticamente. Por meio do sistema, todas as manobras são realizadas com máxima precisão, economizando tempo e garantindo o conforto do motorista enquanto estaciona.

As manobras, inclusive, podem ser vistas em tempo real por meio das funções do Surround View: Top View, Panorama View e 3D View. As câmeras de visão geral permitem a visualização do entorno do veículo, facilitando as manobras de estacionamento e evitando colisões. Por meio de touchscreen, uma área de 360° em torno do veículo pode ser explorada e manuseada em tela, permitindo assim uma visão total do carro em 3D.

Assistentes e auxiliares

O BMW ConnectedDrive, por sua vez, é um assistente que fornece uma série de serviços ao motorista e passageiros. Entre as opções estão chamada de emergência inteligente; BMW Teleservices; serviços Connected Drive (BMW Online, englobando portal de notícias, clima e aplicativos); serviços remotos (permite a utilização de algumas funcionalidades do veículo por meio de smartphones Android e iOS); preparação para Apple CarPlay; informações de trânsito em tempo real e Concierge, serviço de suporte e informações para o cliente 24 horas por dia e sete dias por semana, recurso que possibilita ter comodidade e a garantia de uma experiência de dirigibilidade impecável a bordo.

Já o sistema BMW Comfort Access 2.0

permite o acendimento automático das luzes de boas-vindas quando o motorista se aproxima a três metros do veículo com a chave. À 1,5 metro, as portas se destrancam e, afastando-se dois metros, o veículo se tranca novamente. Com opção de programação de abertura de todas as portas ou somente a do motorista. Tudo isso, além da abertura do porta-malas por meio de aproximação do pé do para-choque traseiro.

Por meio do BMW Connected App, o BMW 'Remote 3D View' permite que você tenha uma visão 360° do veículo na tela do smartphone em qualquer ângulo, em qualquer lugar. Além de sempre lembrar onde seu carro está estacionado, a nova tecnologia também ajuda na segurança, mostrando como estão os arredores do veículo antes de ir até ele.

Já o BMW Head-Up Display colorido possibilita a projeção de todas as informações necessárias para o condutor em seu campo de visão, a fim de que não se perca o foco no trânsito. As informações apresentadas variam desde rotas do sistema de navegação até avisos de Driving Assistant e velocidade do veículo. Em termos de segurança, o modelo vem equipado com seis airbags, controles de estabilidade e tração, faróis de neblina em LED, pneus BMW Star Marking com tecnologia Run-Flat e rodas de Liga Leve Double-Spoke.

Por fim, o pacote Connected Professional agrega o novo BMW Live Cockpit Professional, cuja interface se apresenta em duas telas: um display digital de 12,3" com tecnologia touch e o iDrive de 10,25", além de interfaces disponíveis e requisitos técnicos para opções operacionais com controle de voz. O sistema também disponibiliza HD de 20 GB para armazenamento de arquivos de áudio via USB ou CD.

Design atualizado

Em relação ao visual, o novo 330e M Sport ostenta o caráter moderno e dinâmico da sétima geração do sedan por meio de linhas precisamente desenhadas e de superfícies surpreendentemente moldadas. A ampla grade em forma de duplo rim, marca registrada da BMW, e o conjunto óptico dianteiro atualizado dominam a parte frontal que é enfatizada também por um recorte atraente, que surge no difusor de ar e que se eleva até os contornos das máscaras dos faróis a laser. Visto de perfil, o plug para recarga elétrica surge próximo à caixa de rodas dianteira, e a aparência dinâmica resulta das linhas marcantes e das saias laterais. Na traseira, chamam a atenção a dupla saída de escape e os traços horizontalizados das lanternas finas, tridimensionais e com luzes de LED, elegantemente escurecidas.

A esportividade é garantida por meio do Pacote M Sport, que traz freios, suspensão, volante e cintos de segurança, todos da linha M Sport, pacote M aerodinâmico; rodas M Double Spoke de 19 polegadas; bancos dianteiros esportivos; revestimento do teto em BMW Individual Anthracite e soleiras M Sport. Outros destaques ficam por conta do carpete de luzes de boas-vindas e das molduras das janelas e da coluna C com o design Hofmeister, outra característica tradicional dos veículos BMW.

O novo 330e M Sport mede 4,709 metros de comprimento; 1,827 metro de largura; 1,444 metro de altura e 2,851 metros entre-eixos. O porta-malas ganhou dez litros, totalizando na versão híbrida 375 litros.

Na compra do BMW 330e, o cliente recebe de cortesia uma estação de recarga rápida BMW Wallbox gratuitamente. O equipamento, que tem potência máxima de recarga de 21kW, carrega 80% da bateria do BMW 330e em aproximadamente 2 horas e 40 minutos.

O modelo está disponível em quatro opções de cores externas: a sólida Branco Alpino e as metálicas Preto Safira; Cinza Mineral e Azul Portimao. Internamente, estão disponíveis os seguintes revestimentos: couro Vernasca Preto/Preto; couro Vernasca Mocha / Preto; e couro Vernasca Cognac / Preto.

EXPEDIENTE

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

Sequoia Logística e Transporte S.A. - CNPJ nº 01.599.101/0001-93

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		194.715	137.039	214.745	
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.321	49.929	93.935	107.098
Contas a receber	6	80.799	69.935	107.098	
Adiantamentos	7	2.668	1.760	2.668	
Impostos a recuperar	8	3.203	3.057	4.203	
Despesas antecipadas		2.078	901	2.078	
Indenizações a receber		3.202	600	3.202	
Demais contas a receber		3.444	4.334	3.897	
Não circulante		387.711	188.140	400.304	
Aplicações financeiras restritas		5.5	7.631		
IR e contribuição social diferidos	21	38.072	29.558	38.072	
Depósitos judiciais	15.1	810	644	810	
Mútuo conversível	24	2.500	2.500		
Investimentos	9	31.555			
Imobilizado	9	39.939	38.666	41.027	
Intangível	10	158.968	117.812	195.188	
Direito de uso	11	107.916		114.323	
Total do ativo		582.426	319.219	615.026	

Passivo	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		73.944	122.017	79.850	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	60.889		60.889	
Arrendamento mercantil	11	25.624	23.371		
Fornecedores e operações risco sacado	14.1	44.203	28.227	51.306	
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	26.427	20.399	26.427	
Contas a pagar por aquisição de controladas	4	3.740		3.740	
Aluguel a pagar		121	6.196	447	
Outros passivos	14.2	20.339	12.487	21.450	
Não circulante		319.786	104.157	325.158	
Empréstimos, financiamentos debêntures	12	167.513	67.619	167.513	
Arrendamento mercantil	11	86.626		90.898	
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	64	53	64	
Contas a pagar por aquisição de controladas	4	31.026	21.159	31.026	
Provisões para demandas judiciais	15	13.282	3.744	23.382	
Contas a pagar por resgate de ações	14.2	12.273	11.582	12.273	
Patrimônio líquido		188.696	92.945	209.018	
Capital social	16	168.728	168.378	168.728	
Reserva de capital	16	161.523	158.523	161.523	
Prejuízos acumulados		(240.363)	(234.058)	(240.363)	
Total do passivo e patrimônio líquido		582.426	319.219	615.026	

Demonstrações dos Resultados

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	17	454.863	362.433	479.868	
Custos dos serviços prestados	19	(370.834)	(293.181)	(391.271)	
Lucro bruto		83.969	57.082	88.223	
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(17.087)	(231)	(16.712)	
Despesas com pessoal	18	(25.426)	(23.799)	(26.426)	
Despesas comerciais	18	(7.687)	(2.916)	(8.940)	
Serviços de terceiros	18	(9.275)	(1.410)	(9.564)	
Despesas com depreciação e amortização	18	(18.993)	(14.285)	(18.968)	
Outras receitas (despesas), líquidas	19	2.310	3.755	2.310	
Resultado de equivalência patrimonial	9	12.977		12.977	
		(63.058)	(38.886)	(66.430)	
Lucro operacional antes resultado financeiro		20.911	18.196	21.787	
Despesas financeiras	20	(39.637)	(17.979)	(39.945)	
Receitas financeiras	20	2.569	873	2.569	
		(36.729)	(17.106)	(36.920)	
Resultado antes provisão para o IR/CS		(15.818)	1.090	(15.133)	
Provisão para o IR e CS	21		(1.090)	(1.315)	
IR e contribuição social - diferido	21		(583)	9.514	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(15.818)	(583)	(6.934)	

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Prejuízo líquido do exercício	(6.934)	447	(6.934)	
(+/-) Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente	(6.934)	447	(6.934)	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 31/12/2017		**161.481**	**158.524**	**(93.160)**	**74.355**
Incorp. Sequoia Econ	1.3	23.214	-	(35.107)	(11.893)
Incorp. Sequoia Log. S.A.	1.3	3.683	131.565	914	(116.225)
Lucro líquido exercício				447	447
Saldos 31/12/2018		**168.378**	**157.609**	**914**	**(234.058)** **92.943**
Aumento de capital	16.1	**350**	**4.050**	-	**4.400**
Dívid. - ações prefer.	16.3	-	**(4.269)**	-	**(4.269)**
Plano de pagamento baseado em ações	16.5	-	**619**	-	**619**
Prejuízo do exercício				(6.934)	(6.934)
Saldos 31/12/2019		**168.728**	**159.990**	**1.533**	**(240.362)** **89.759**

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.934)	447	(6.934)	
Ajustes para conciliar o lucro do exercício				
Depreciação e amortização	38.412	22.367	39.809	
Resultado de equivalência patrimonial	(12.977)		(10.254)	
Provisão para demandas judiciais	1.778	(2.352)	1.778	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	39	28	
Juros e variações monetárias e cambiais	31.619	14.157	33.121	
Juros ativos sobre contrato de mútuo	(520)		(520)	
Plano de pagamento com base de ações	619		619	
IR e contribuição social diferidos	(9.514)	583	(9.514)	
Baixa líquida de imobilizado	1.073	1.011	1.073	
Ajustes de caixa de giro				
Contas a receber	(9.440)	(23.690)	(10.988)	
Adiantamentos	(908)	406	(908)	
Impostos a recuperar	(924)	1.362	(924)	
Despesas antecipadas	(1.153)	260	(1.153)	
Depósito judicial	(166)	159	(166)	
Demais contas a receber	1.046	14.157	1.046	
Fornecedores	15.209	13.641	12.994	
Obrigações trabalhistas e tributárias	65	(4.349)	1.043	
Contas a pagar por aquisição de controladas	(4.054)	4.783	(4.054)	
Outros passivos	1.742	(7.461)	1.620	
Pagto. juros variável, financ. e debêntures	(15.926)	(15.926)	(15.926)	
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(9.470)		(9.563)	
Pagto. contrato de arrendamento mercantil	(9.931)	(4.886)	(9.931)	
Atividades de investimento				
Aqtos/aumento de capital/ações a integralizar	(20.974)	9.261	(20.974)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.000)			
Aquisição de investimentos		(1.500)		
Pagamento por aquisição de controladas	(61.158)	(11.806)	(51.158)	
Caixa adquirido por acervo líquido	2.153	2.153	2.153	
Fluxo caixa gerado pelas(utilizadas) nas) ativ. invest.	(71.979)	10.489	(69.943)	
Atividades de financiamentos				
Captação empréstimos, financ e debêntures	242.006	43.000	242.006	
Amort. emprést., financ. e debêntures-principal	(137.162)	(11.653)	(137.186)	
Amortização de arrendamentos - Principal	(15.737)		(16.152)	
Partes relacionadas	7.006		6.953	
Aumento de capital	7.000	4.400	7.000	
Pagamento dividendos sobre ações preferenciais	(4.269)		(4.269)	
Fluxo caixa líquido gerado pelas(utilizadas) nas) ativ.	98.844	24.394	98.352	
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	46.642	30.015	48.920	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	50.510	20.495	60.015	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	97.152	50.510	96.430	
	46.642	30.015	48.920	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

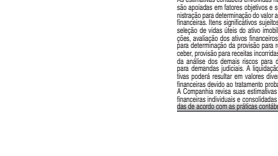
1. Informações sobre a Companhia: 1.1. Informações gerais: A Sequoia Logística e Transporte S.A. (Antiga "Sequoia Participações") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Isaltino Victor de Morais, 427, Bairro Vila Boa Vista, Cidade de Barueri/SP. Possui entre seus principais atividades a prestação de serviços de logística "indoor e outdoor" consistindo a fracionada, gestão operacional de armazém ("fulfillment"), transporte rodoviário e entregas urbanas para varejistas, distribuidores, fabricantes, nos setores de comércio eletrônico, varejo de moda, sistemas de ensino e educação e para bancos de varejo. Ainda, se destaca em atuações integradas de logística e transporte, também com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações. A Administração, de acordo com estimativas e projeções contidas em seu plano de negócios, acredita que possuímos fortes vantagens competitivas para a Companhia, inclusive com expectativa de expansão de seus negócios, para atender novos clientes, ampliando seus compromissos de curto prazo, assim como absorver seus prejuízos acumulados. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30/03/2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **1.2. Grupo empresarial:** A Companhia e sua controlada desenvolvem seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial ("Grupo Sequoia"), utilizando-se, eventualmente de outras pessoas empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão. Em 31/12/2019, além de desempenhar suas operações, a Companhia possuía participação na controlada abaixo:

Participação direta:	Percentual de participação
Nowlog Logística Inteligente Ltda. ("Nowlog")	100,0%

Em 31/12/2019 a Companhia não possuía controladas diretas ou indiretas, razão pela qual não demonstra saldos consolidados para fins comparativos. **1.3 Reestruturações societárias:** Aquisições societárias de 2019: Em AGE de 31/12/2018, foi aprovada a incorporação pela Companhia de Grupo Sequoia envolvendo a incorporação pela Sequoia Transportes de sociedades de participação não operacional (holdings) e de uma sociedade operacional, com o objetivo de demonstrar o propósito do Grupo Sequoia antes, após a reorganização e os acervos líquidos incorporados:

Estrutura societária antes do evento de reorganização:

Eventos societários da reorganização, todos ocorridos em 31/12/2018: (i) Incorporação, pela Sequoia Log S.A ("Sequoia Log"), de sua controladora Warburg Pincus XI Participações II S.A ("WP"); e (ii) incorporação, pela Sequoia Transportes: (a) da Sequoia Econ Operações e Logística ("Sequoia Econ") e (b) da controladora Sequoia Log. Estrutura societária após o evento de reorganização:



A reorganização societária aprovada proporcionará a racionalização e simplificação da estrutura societária e administrativa da companhia e Grupo Sequoia, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira. A reorganização e extinção da Sequoia Log e do fundo WPIII, sociedades de participação não operacionais (holdings), reduzirão custos e despesas com manutenção, administração e gestão, em benefício do grupo. Além disso, como consequência da incorporação e, portanto, extinção da Sequoia Log, as acionistas passarão a deter participação societária diretamente no capital social da Sequoia Transportes, principal sociedade operacional do grupo, permitindo seu envolvimento mais próximo no dia a dia operacional e acompanhamento mais de perto dos seus resultados. Já a incorporação da Sequoia Econ pela Sequoia Transportes, consistentes que estas sociedades desenvolvem atividades semelhantes e complementares, amplificará as sinergias, reduzirá custos administrativos e operacionais e aumentará a produtividade dos negócios. Os acervos líquidos incorporados estão demonstrados abaixo:

	Ativo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Acervo líquido
Sequoia Econ	1.468	4.205	5.473	2.228	972
Sequoia Log	32.431	(367)	552	11.588	19.930

A Incorporação do WP não apresentou impacto no acervo líquido da companhia. Em 2018, as empresas incorporadas contribuíram com o reconhecimento de receita acumulada de R$8.163. Se a incorporação tivesse ocorrido no início do exercício de 2018, as receitas consolidadas do Grupo Sequoia totalizariam R$429.145 e o prejuízo antes dos impostos consolidados do Grupo Sequoia seria de R$7.113). **1.4. Novos acontecimentos de 2019:** Em AGE de 31/06/2019, foi aprovada a reorganização societária do Grupo Sequoia envolvendo a incorporação pela Sequoia Transportes de sociedade Nova Logística Integrada Ltda ("Loliva"), empresa adquirida em 08/01/2019, conforme detalhado na nota explicativa 4. O caixa incorporado foi de R$2.153 e o acervo líquido está demonstrado a seguir:

	Ativo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Acervo líquido
Loliva	13.821	8.424	(8.799)	(10.273)	3.173

2. Principais políticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em julgamento. A Companhia e sua controlada utilizam-se com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, bem significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução do valor recuperável do contas a receber, provisão para recebíveis incertidas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, análise das demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação a período anterior. Os valores contábeis de ativos e passivos de controladas e controladas em conjunto e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas nas seções específicas. Pressupostos, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior. Demonstrações financeiras da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 emitida pelo CPC, em novembro de 2014, no tocante à divulgação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras são evidenciadas, quando materiais, e refletem as informações administração na sua gestão. Determinados saldos referentes ao exercício findo em 31/12/2018 foram reclassificados para fins de comparabilidade e melhor apresentação. As informações contábeis elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as contabilidade societária brasileira, incluindo as normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2019. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas pelos financeiras da Companhia e de sua controlada em 31/12/2019. O controle é obtido quando a Companhia detém direitos de retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de seus poderes sobre a investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, detiver direitos existentes que lhe garantem a capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos que a maioria dos direitos de voto ou de controle da uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se ela controla a investida, incluindo: • Direitos de voto da Companhia, bual com outros detentores de voto da investida; • Direitos originados de acordos contratuais; • Os direitos de voto e potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, receitas, despesas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação acionária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle acionário sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. O saldo do valor contábil de quaisquer participações não controladas na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela). Qualquer diferença resultante ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

	Principal atividade	Percentual de participação País
Participação direta:		
Nowlog Logística	Prestação de serviços	
Intelligente Ltda ("Nowlog")	de logística	Brasil 100%

2.3. Conversão de moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios, caso ocorram, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Em 31/12/2019 e 2018 a companhia não possuía itens desta natureza. **2.4. Receita de serviços prestados:** (i) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços prestados nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, do seja, quando os riscos significativos e os benefícios de transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas poderão ser recuperadas. (ii) Venda de ativos: A receita de venda de ativos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento. O prazo normal de crédito é de 7 a 15 dias após a entrega. Os ativos são controlados pelo seu valor justo líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no público "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. **2.5. Impostos:** (i) Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos fiscais correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor líquido que espera ser recuperado ou pago para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para estimar o montante do ativo e passivo são vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre o lucro compreende o IRPJ e a CSLL, sendo calculados IRPJ à alíquota de 15% (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor; 15% sobre o lucro real e 10% adicional sobre o lucro real que exceder a R$ 240 mil ao mês no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. (ii) Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço patrimonial e na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. (iii) Imposto sobre vendas: As receitas de vendas e serviço estão sujeitas aos impostos sobre vendas, a saber: os seguintes tributos incidem sobre a receita de vendas na demonstração do resultado. • COFINS, • PIS, • IPRS - 1,65% • ISS - 2% a 5%, • ICMS - 7%, a 12%, • CIDE - 1,5%. **Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e sua controlada para a gestão deste ativo. Ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende do ativo financeiro ser classificado como mantidos para negociação se foram adquiridos com o objetivo de vendê-lo no curto prazo. Ganhos e perdas de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos no resultado. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como hedges. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, por meio do resultado, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros no valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas no demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais ladados, os quais não estejam classificados irrevogavelmente pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais ladados também são reconhecidos como outras receitas da demonstração do resultado quando tiver sido constituído o seu direito de pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados ao contrato hospedeiro; b) um instrumento separado com as mesmas características do derivativo embutido, atenda a definição de derivativo; c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Ativos financeiros: Ativos que se tornam de uma maneira não temos de contrato que modifique significativamente o fluxo de caixa que de outra forma seria necessário pela companhia de liquidação do um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia e sua controlada reconhecem um prejuízo para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas, reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (uma perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada ao longo da vida). Contas a receber de clientes e ativo de contrato, a Companhia e sua controlada aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida em cada data deste. O Grupo Sequoia considerou uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos a mais de 90 dias, dependendo de uma análise individual, dependendo da capacidade legal de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há razoável perspectiva de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **(b) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme descrito abaixo, e contas a pagar e fornecedores, conforme descrito abaixo. Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar e fornecedores e outras contas a pagar e demais contas a pagar e demais contas a pagar e demais

Descrição	2017	Incorp. controla	Adi-ções	Baixas	Transf.	Amor-tização	2018
Software e outros	2.586	46	4.081	(20)	(345)		**6.348**
Sete Estradas (b)							
Cartera de clientes	4.226		-	-	(768)		**3.458**
Mais valia imobilizado	1.013		-	-	(290)		**723**
Ágio	59.272		-	-	-		**59.272**
Yog Yog e Yep Tec (c)							
Cartera de clientes	31.030		-	-	(11.528)		**19.502**
Cláusula não concorrência	2.413		-	-	(604)		**1.809**
Ágio	16.805		-	-	-		**16.805**
Celote (d)							
Cartera de clientes	3.181		-	-	-		**3.181**
Mais valia imobilizado	243		-	-	-		**243**
Ágio	6.249		-	-	-		**6.249**
	117.341		**5.719**	**4.081**	**(20)**	**(13.534)**	**113.587**
Controladora			**Aquis. de controladas**	**Adi-ções**	**Amor-tização**		**2019**
Descrição							
Software e outros	6.348			10.157	(2.938)		**13.567**
Sete Estradas (b)							
Cartera de clientes	3.458			-	(768)		**2.690**
Mais valia do imobilizado	723			-	(290)		**433**
Ágio	59.272			-	-		**59.272**
Yog Yog e Yep Tec (c)							
Cartera de clientes	19.502			-	(11.181)		**8.321**
Cláusula não concorrência	1.811			-	(604)		**1.207**
Ágio	16.805			-	-		**16.805**
Celote (d)							
Cartera de clientes	3.181			-	(707)		**2.474**
Mais valia do imobilizado	243			-	(54)		**189**
Ágio	6.249			-	-		**6.249**
Lotus (e)							
Cartera de clientes	-		12.122	-	(3.031)		**9.091**
Cláusula não concorrência	-		997	-	(199)		**798**
Ágio	-		34.379	-	-		**34.379**
Nowlog (f)							
Cartera de clientes	-		12.550	-	-		**12.550**
Cláusula não concorrência	-		828	-	-		**828**
Ágio	-		22.242	-	-		**22.242**
	117.812		**83.718**	**10.157**	**(17.060)**		**195.166**

(e) Refere-se a software e licenças de uso digital que são utilizados pela Companhia, como sistemas gerenciais e sistemas de automação. (b) Ativos intangíveis e ágio identificados na aquisição das empresas Sete Estradas em 2018. (c) Ativos intangíveis e ágio identificados da aquisição da Yep Log e Yep Tec em ano de 2016. (d) Ativos intangíveis e ágio identificados da aquisição das empresas Celote no ano de 2013. (e) Ativos intangíveis e ágio identificado da aquisição da empresa Lotus em 08/01/2019 e 31/10/2019, respectivamente. Em 2019 a Administração preparou internamente estudos técnicos onde não foram identificados eventos que devessem ser refletidos em uma provisão relacionada a perda da recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil definida. **12 Teste de recuperabilidade de ativo intangível ("Impairment")**: A Administração também fez recuperação do valor contábil do ágio registrado, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, não sendo identificado qualquer indicador de perda por redução ao valor recuperável. Do exposto acima com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - Impairment of Assets) ativos devem ser agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A sua análise a Administração da Companhia entendeu que existe somente uma UGC (Unidade Geradora de Caixa) em sua operação, devido à similaridade de operações, funcionalidades dos ativos e principalmente, pela operação de caixa entre as operações. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 30 do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo: (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro - 16,5% a.a. (16,5% a.a. em 2018. Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital corrente. (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de perpetuidade de 2,0%. (iii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento de receita de 20,71% a.a. (5,86% a.a. em 2018) é estimada com base melhora na operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de operação e aumento de grupo conforme contrato), conquista de novos clientes a partir de 2020 e a aquisição de novas empresas do segmento de transportes. (iv) Evolução do resultado operacional: leve em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais e desafios futuros. (v) Investimentos considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes. Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo em uso: O cálculo do recuperável e mais sensível se as seguintes premissas: (i) taxa de desconto: (ii) Crescimento da receita. **Taxa de desconto**: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no ativo mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. **Crescimento na perpetuidade**: A estimativa geralmente em (%) Receitas histórico ajustados obtidos pela Companhia e sua controlada; (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e requisito de preço com base na inflação projeta (IPCA do período); (iii) Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus). **Sensibilidade a mudanças razoáveis**: As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: (i) Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possibilitaria demonstrar a alteração no período de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros e pré-fixado e o quanto isto é restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações; (ii) Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 30,00% este crescimento passa dos 2,0% originalmente considerados para 1,4% o que praticamente não considerara crescimento real fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação a performance recente do ativo. Mesmo assim, utilizando este novo crescimento, não há perda por redução ao valor recuperável. **11. Direito de uso e arrendamento mercantil**: A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

Controladora					
Descrição	**Vida útil (anos)**	**Adição inicial**	**Adição controlad.**	**Adições**	**Depre-ciação**
Centros distribuição e imóveis	2 a 12	117.136	3.882	(15.455)	105.563
Caminhões	5	1.018	-	(291)	727
Sistemas de monitoramento	5	-	1.470	(24)	1.446
		118.154	**5.172**	**(15.770)**	**107.516**
Consolidado					
Descrição	**Vida útil (anos)**	**Adição inicial**	**Adição controlad.**	**Adições**	**Depre-ciação**
Centros distrib. e imóveis	2 a 12	117.136	4.721	6.142	115.849
Caminhões	5	1.018	-	(291)	727
Sistemas de monitoramento	5	-	1.470	(24)	1.446
		118.154	**6.191**	**5.827**	**118.022**

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora	Consolidado
	2019	**2019**
Saldo no início do exercício		
Adição líquida	118.154	118.154
Pagamentos	(24.201)	(24.688)
Arrendamento mercantil por aquisição controlada	-	7.612
Novos contratos	5.132	7.612
Apropriação de encargos financeiros	13.165	13.308
Saldo no final do exercício	**112.250**	**119.998**
Circulante	**25.624**	**28.371**
Não circulante	**86.626**	**90.898**

Os vencimentos de saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

Fluxo de pagamentos	**Controladora**	**Consolidado**
	2021	**2021**
2021	11.876	13.692
2022	12.070	13.587
2023	11.983	13.074
2024 em diante	50.697	50.545
	86.626	**90.898**

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	3a - 3aaa.ao.ano	**2019**
FINAME e Leasing	Pós - TJLP + 1,0%	**824** 2.241
Capital de giro	Pós - CDI+4,0% a 4,9%	**127.375** 120.288
Debêntures	Pós - CDI+4,0% a 4,75%	**100.000**
		228.402 122.529
Circulante		**60.869** 54.810
Não circulante		**167.513** 67.619

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31/12/2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	**2019**
2021	**63.716**
2022	**37.773**
2023	**35.129**
2024 em diante	**32.896**
Total	**167.513**

Os montantes garantidos dos empréstimos são como segue:

	2019	**2018**
Alienação fiduciária	**1.964**	1.964
Cessão fiduciária de direitos creditórios	**127.375**	120.289
Nota promissória	**98.063**	2.276
	128.199	122.529

Capital de giro e debêntures: No exercício de 2019, a Companhia realizou a capitação de novos empréstimos e financiamentos no valor total de R$250.000 (R$242.000 líquido de taxas e comissões) com o objetivo de financiar as aquisições das empresas Lotus e Nowlog e alongar dívidas existentes, por meio do (i) Cédulas de Crédito Bancário - CCB emitidas junto aos bancos Votorantim e Itau, no valor de R$100.000 e (ii) 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (Instrução CVM 476) realizada pela Companhia no valor de R$100.000. A referida emissão de debêntures foi realizada em 20/12/2019 e aprovada em AGE de 12/12/2019, da seguinte forma: (i) 60.000 (sessenta mil) debêntures estão alocadas na 1ª série e (ii) 40.000 (quarenta mil) debêntures alocadas na 2ª série, ambas com data-base em 20/12/2024, remuneradas as taxas de 104% e 104,75%, respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros - CDI. Para a garantia das operações, a Companhia realizou a cessão de direitos creditórios oriundos de determinados contratos de prestação de serviços. As CCBs e a Debêntures estabelecem obrigações restritivas ("Covenants"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) transferência de ações. Nenhuma ocorrência, definida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual ao intervalo de 2,5x a 3,5x se final de caída exercício. Em 31/12/2019 a Companhia está cumprindo adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos.	Pelo valor de custo de aquisição, líquido de custos de transação e demais custos incorridos. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Os custos de transação, prêmios de emissão e outros custos e deságios incorridos na transação são incorporados ao empréstimo e financiamento, quando aplicável, e são reconhecidos no período em que ocorrem, líquidos de amortização. Os custos de transação, prêmios de emissão e outros custos e deságios são amortizados pelo método da taxa efetiva de juros e são reconhecidos como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, exceto quando a Companhia possui o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

13. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora	Consolidado
	2019	**2019**
Salários a pagar	**3.193**	3.580
Obrigações sociais	**6.545**	6.335
Encargos sociais	**2.658**	1.872
Impostos federais sobre a receita	**7.271**	5.154
Impostos federais sobre serviços terceiros IRPJ e CSLL	**875**	698
Provisões trabalhistas a pagar (a)	**1.678**	3.114
Parcelamento impostos federais	**151**	693
Total	**26.891**	20.452
Circulante	**26.827**	20.399
Não circulante	**64**	53

(a) Valores de processos trabalhistas já materializados que estão sendo pagos pela Companhia e suas controladas. Parte deste valor tem como contrapartida os valores do ativo "Demais contas a receber" e de acordo com a realização dos pagamentos e valores são ressarcidos pelos antigos controladores da Companhia quando da aquisição das empresas YEP Log e YEP Tec. (b) Com a publicação da Lei 12.996 de 18/06/2014 (Lei 12.996/2014) foi reaberto, até 25/08/2014, o prazo para inclusão no Programa Especial de Regularização Tributária (Refis) da Lei 11.941/2009 (reaberto denominado "Refis da Copa"). Adicionalmente foi editada a Medida Provisória 651, posteriormente convertida em Lei 13.043, de 13/11/2014 (Lei 13.043/2014), trazendo, entre outras, a possibilidade de parcelamento de débitos de natureza tributária, também até 31/12/2013, mediante a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados até 31/12/2013, decorrentes de atividade operacional. **14. Provisões e Depósitos judiciais**

14.1 Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	2019	**2019**
Fornecedores	**22.835**	24.085
Risco Sacado	**21.368**	4.132
	44.203	**28.217**

A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. e Bradesco Santander S.A para estruturar com os seus principais fornecedores a sua operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de receber os seus créditos junto a Companhia, em troca de antecipação de crédito da operação. Em 2020 a Companhia amplisou sua oferta para fornecedores pessoas físicas e jurídicas, de forma a atender a demanda de seus clientes e parceiros de negócios parceiros. Apesar do aumento do volume disponibilizado a Administração entende a compropriação da carteira deste produto, bem como a manutenção da alienação significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada anáise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia entendeu que esta operação na rubrica de Fornecedores Consolidado.

14.2 Outros Passivos

	Controladora	Consolidado
	2019	**2019**
Provisão de fretes a pagar	**11.287**	4.326
Provisão de férias	**2.345**	2.345
Outras provisões de custo/despesa	**6.707**	4.752
Contas a pagar por resgate de ações (a)	**12.273**	11.582
Outras obrigações contábeis (b)		3.183
	32.612	**24.086**	**33.723**
Outros passivos - passivo circulante	**20.339**	12.487	21.492
Outros passivos - passivo não circulante	**12.273**	11.599	12.231
	32.612	**24.086**	**33.723**

(a) Contas a pagar por resgate de ações refletem pelo ex-acionista BR Partners. Em 31/12/2019 e 31/12/2018, o saldo era composto por ações preferenciais de ações acionista IBR Partners, totalizando R$ 28.000, sendo que R$18.000 foram pagos em 31/12/2019. Os R$ 10.000 restantes estão referentes a opções de compra de ações, foi convertido em debêntures simples, não conversíveis em ações. O saldo do passivo corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimento em 26/11/2021. (b) Refere-se a dívida constituída em 2015 pelas YEP Log e YEP Tec, para cobrir custos e despesas de operação e manutenção das unidades RedeCard e Lilwall, provenientes de um incêndio ocorrido no centro de distribuição localizado na Rodovia Anhanguera. **Dívida amortizada mensalmente**, tendo o último pagamento em 11/12/2019. **15. Provisões e demandas judiciais e administrativas: 15.1. Depósitos judiciais:** A Companhia e sua controlada são partes de ações judiciais e administrativas envolvendo matérias tributárias, trabalhistas, governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas. Fundamentadas em assessoria jurídica e/ou análise de controlabilidade a discussão sobre processos de natureza trabalhista, os quais constam os seguintes valores:

	Controladora	Consolidado
	2019	**2019**
Depósitos judiciais	**810**	1.010

15.2. Provisão provável: A Companhia e sua controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, e na análise das demandas judiciais em andamento, entendem ser provável, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A seguir estão demonstradas as provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis e seus respectivos depósitos judiciais:

g) Provisões	**Trabalhista**	**Cível**	**Tributária**	**Total**
Saldo em 31/12/2017	**7.618**	**2.000**	**1.000**	**10.618**
Reversão de provisão	(1.095)	(73)	(2.174)	(3.342)
Pagamento de processos trabalhistas	(3.768)	(112)	-	(7.470)
Complemento de provisão	7.93	7	-	999
Complemento de provisão Yep (a)	6.558	-	-	6.558
Saldo em 31/12/2018	**3.696**	**48**	-	**3.744**
Reversão de provisão	-	-	(1.230)	(1.230)
Pagamento de processos trabalhistas	(4.668)	-	-	(4.668)
Complemento de provisão	3.009	-	-	3.009
Complemento provisão Yep (a)	2.157	-	-	2.157
Adição de provisão-incorporação Lotus	-	-	10.273	10.273
Saldo em 31/12/2019	**4.191**	**48**	**9.043**	**13.282**
Controladora: **Provisões**	**Trabalhista**	**Cível**	**Tributária**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	**3.696**	**48**	**1.000**	**4.744**
Reversão de provisão	-	-	(1.230)	(1.230)
Pagamento de processos trabalhistas	(4.668)	-	-	(4.668)
Complemento de provisão	3.009	-	-	3.009
Complemento provisão Yep (a)	2.157	-	-	2.157
Adição de provisão-aquisição Lotus	-	-	10.273	10.273
Adição de provisão- aquisição Nowlog	2.170	280	6.648	10.100
Saldo em 31/12/2019	**6.361**	**330**	**16.691**	**23.382**

(a) Valor referente ao complemento de provisão de processos trabalhistas provenientes da aquisição das empresas YEP Log e YEP Tec, conforme nota explicativa 4. A seguir apresenta-se um resumo das principais ações: Contingências trabalhistas: A Companhia e suas controladas, em 31/12/2019, são partes em reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamento de horas extras, rescisões, eventual desvio ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas decorrentes de acordo e responsabilidade subsidiária e/ou solidária, sendo, principalmente de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente levando em conta as decisões dos processos e a evolução histórica dos pedidos e reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. Contingências tributárias: De acordo com CPC 15 - Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que seja requeridas saídas de recursos (incorporações benefícios economicos) para liquidar a obrigação. Em 31/12/2019 a Companhia provisionou riscos de natureza tributária levantadas nas aquisições das empresas Lotus e Nowlog relacionados a créditos de PIS e Cofins e crédito outorgado de ICMS, relacionado a algumas operações de transporte. **15.3. Perdas possíveis:** A Companhia possui ações de natureza cível envolvendo questões de direito do consumidor, dos pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir. Os processos estão relacionados:

	Controladora	Consolidado
	2019	**2019**
Cível	**247**	251
Trabalhista	**307**	307
	554	**558**

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues. **15.4 Multas por atrasos de entrega**: Eventualmente a Companhia é penalizada em ganho e provável de acordo com a avaliação de seus assessores legais, não são registradas em suas demonstrações financeiras pelo fato de não ser praticamente certo resultado das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a incidência de ICMS, conforme Lei Complementar 118 publicada em 09/02/2005 e Lei 10.637 2017. Os valores atualizados envolvidos nos pedidos de restituição não registrados

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Opinião: Como nosso auditoria conduzida essa assunto Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados aos assuntos incluíram, entre outros: i) envolvimento de nossos especialistas em avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e análise de sensibilidade a mudanças razoáveis nas premissas chave; ii) avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e análise de sensibilidade a mudanças razoáveis nas premissas chave; iii) verificação da acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados chave de geração de caixa elaborados e fundamentados em orçamento e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência de margem de segurança em relação a possibilidade de ocorrer eventuais ajustes nos montantes de ativos e/ou passivos, conforme descrito na nota explicativa 1.3. Adicionalmente, avaliamos se as informações divulgadas em suas notas explicativas 2 e 3 e 10 e 11 são suficientes e adequadas para atender as normas e pronunciamentos contábeis e contábeis aplicáveis. Ênfase: Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, avaliamos os fluxos de caixa descontados e a sua razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência de margem de segurança em relação a possibilidade de ocorrer eventuais ajustes nos montantes de ativos e/ou passivos, conforme descrito na nota explicativa 1.3. Adicionalmente, avaliamos se as informações divulgadas em suas notas explicativas 2 e 3 e 10 e 11 são suficientes e adequadas para atender as normas e pronunciamentos contábeis e contábeis aplicáveis. Ênfase: Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, avaliamos os fluxos de caixa descontados e a sua razoabilidade

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldos temporários, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na nota explicativa 21. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos no valor de R$ 31.524 A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse fato foi considerado um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para estimar o montante e o correspondente período de realização dos ativos fiscais diferidos, que dependem da ocorrência de operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos técnicos preparados pela Companhia, que consideram, entre outras, a análise de cenários e certas premissas e considerações de natureza econômica e operacional, como previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios no qual a Companhia e suas controladas operam, bem como o nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro do seu julgamento, as decisões econômicas tomadas pelos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quer devido a fraude ou de erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada sobre as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela nossa opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros assuntos, do escopo e a época das auditorias planejadas e os achados significativos de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos para a auditoria do exercício corrente e que são, consequentemente, os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nossos relatórios de auditoria, a menos que lei ou regulamento proíbam a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação são razoavelmente, dentre de uma postura razoável, superior ao benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29 de abril de 2020. **ERNEST & YOUNG Auditores Independentes** S.S. - CRC-SP-034519/O-6. **Alessandra Aur Raso** - Contadora CRC-1SP244878/O-7.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009003-66.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel D'Emidio Martins Faz Saber a Dinz Premier Construções Ltda (CNPJ. 47.345.202/0001-39) e Luiz Antônio Dinz (CPF 055.168.388-49, Endereço desconhecido) e Silva Ribeiro Advogados (CNPJ. 47.345.202/0001-39) e Luiz Antônio Dinz (CPF 055.168.388-49, Endereço desconhecido) e Silva Ribeiro Advogados (CNPJ. 47.345.202/0001-39) e Luiz Antônio Dinz (CPF 055.168.388-49, Endereço desconhecido) Que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: Que, em razão do inadimplemento das cláusulas e condições pactuadas no Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, celebrado entre as partes, o(a) requerido(a) se tornou devedor(a) do(a) requerente, no valor de R$ 47.172,86, atualizado em abril/2019, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento (art. 829 do Novo Código de Processo Civil). Fica INTIMADO de que no caso de não pagamento, será convertido em penhora, o arresto que recai sobre o veículo bloqueado junto ao Sistema Bacen/Jud, no valor de R$ 931,70, bem como do veículo marca/modelo: I/Fiat 500 Lounge Dual, placas ELB 5500, avaliado em R$ 30.000,00, ficando o último sob posse/uso do bem como depositário. INTIMADO, também, para eventual oposição de embargos (art. 915, NCPC), ficando ciente de que desde já resta deferido o pagamento parcelado do débito, na forma disposta no art. 916 do Novo Código de Processo Civil. No caso de não oposição de embargos, fixados os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, ficando reduzidos à metade no caso de pagamento integral do débito (art. 827, caput e § 1º do NCPC). PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Não haverá interposição de embargos, o réu será considerado revel. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de abril de 2020. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0078210-95.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LEILA HASSEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) WAGNER GERALDO SILVA, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 1.008.947.448-10 e W.G. SILVA REPRESENTAÇÃO, CNPJ n.º 59.598.866/0001-03, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte do BANCO BRADESCO em sintese: cumprimento de sentença processo nº 0078210-95.2019 que tramita perante a vara cível da comarca de São Paulo/SP, ajuizada em 11/11/2019, tendo como objeto a quantia de R$ 57.531,03 (outubro de 2019). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014481-43.2017.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Mário Daccache, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CARLOS FONSECA DOS SANTOS, CPF 013.519.758-97, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, visando o recebimento da quantia de R$ 40.568,92 (mês 08/2017), acrescida de juros moratórios, atualização monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, referente ao contrato firmado entre as partes nº 828127, de crédito de cheque especial, vinculado a conta corrente 0037-8, junto a agência 1897. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0003279-87.2020.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Rullande Chumam (CPF: 603.359.478-67), que a ação de Cobrança, de Condomínio, ajuizada por Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 14.908,72 (abril de 2020). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/05 e 02/06/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1009990-70.2015.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Manzini Negrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANA MARIA DE CARVALHO CORREIA LIMA, Brasileiro, Solteira, Empresária, RG 10.773.772, CPF 003.883.005-15, com endereço à Rua Frei Caneca, 100, Jardim Europa, CEP 04003-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: Que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Antártico, alegando em síntese que os executados deixaram de proceder ao pagamento de verbas condominiais no valor histórico de R$ 16.053,52, atualizado até 02/03/2018. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m)-se(m) a dívida no valor de R$ R$ 16.053,52, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento (art. 829 do Novo Código de Processo Civil). Fica INTIMADO de que no caso de pagamento, o arresto que recai sobre o veículo bloqueado junto ao Sistema Bacen/Jud, no valor de R$ 931,70, bem como do veículo marca/modelo: I/Fiat 500 Lounge Dual, placas ELB 5500, avaliado em R$ 30.000,00, ficando o último sob posse/uso do bem como depositário. INTIMADO, também, para eventual oposição de embargos (art. 915, NCPC), ficando ciente de que desde já resta deferido o pagamento parcelado

Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda.
CNPJ/nº 07.432.911/0001-07
Relatório da Administração
www.simpress.com.br

Prezados Sorristers, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2019 e 2018. Ficamos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		**254.972**	**205.992**
Caixa e equivalentes de caixa	3	31.949	11.409
Contas a receber de clientes	4	141.951	143.412
Estoques	5	68.690	45.693
Impostos a recuperar	6	10.744	5.636
Outros créditos		2.638	3.845
Não circulante		**317.471**	**226.654**
Contas a receber de clientes	4	36.132	–
Impostos a recuperar	6	11.711	6.093
IR e CS diferidos	7	20.425	18.042
Outros créditos		483	587
Imobilizado	8	218.685	188.249
Intangível	9	12.360	13.682
Direito de uso	10	15.665	–
Total do ativo		**572.443**	**432.646**

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		**164.376**	**91.540**
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	12	–	320
Arrendamentos a pagar	10	24.787	–
Fornecedores	11	25.905	29.894
Contas a pagar com partes relacionadas	14	18.895	15.951
Obrigações sociais e previdenciárias	13	36.145	20.907
Impostos e contribuições a recolher	6	15.543	4.548
Outros contas a pagar	15	43.301	19.914
Não circulante		**87.202**	**156.661**
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	12	50.434	155.492
Arrendamentos a pagar	10	34.862	–
Provisões para demandas judiciais	16	1.906	1.251
Total do passivo		**251.778**	**248.201**
Patrimônio líquido		**320.665**	**184.445**
Capital social	17	323.919	185.584
Reserva de capital		1.875	1.875
(Prejuízos) acumulados		(5.129)	(7.362)
Total do passivo do patrimônio líquido		**572.443**	**432.646**

Demonstração do Resultado

	Nota	2019	2018
Receita Operacional Líquida	18	561.664	534.482
Custo das locações, serviços prestados e mercadorias vendidas	19	(414.274)	(355.568)
Lucro bruto		**147.390**	**138.884**
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas	19	(93.488)	(65.854)
Despesas comerciais	19	(41.433)	(43.277)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	12.184	6.153
Lucro antes do resultado financeiro		**24.653**	**35.912**
Resultado financeiro, líquido	21	(15.982)	(26.923)
Lucro antes do IR e da CS		**8.671**	**8.989**
IR e CS - corrente		(8.829)	(3.297)
IR e CS - diferido		2.384	(784)
Lucro líquido do exercício		**2.224**	**4.908**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	2.224	4.908
Total do resultado abrangente	**2.224**	**4.908**

férias, 13º salário; remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e plano de assistência médica. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Empresa tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. Adicionalmente a Empresa não concede o benefício pós emprego. **2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos não monetários, quando calculado, o somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, ou seja, os específicos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Empresa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos não monetários, quando considerados individualmente e em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetados em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: **Impostos:** Existem incertezas com relação a interpretações de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais envolvidos, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis. O valor líquido provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal competente, diferenças de taxas de impostos sobre lucro, prazo ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da empresa. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor dos impostos a recuperar e consequentemente, o valor dos impostos que pode ser reconhecido, com base no período de realização e aprovado pela Administração. As premissas utilizadas nesse estudo baseiam-se no orçamento de vendas e saídas tributadas pelo ICMS, bem como o desfrutamento de regime especial concedido pelo Estado de São Paulo, sobre importação de 55% para o momento da saída das mercadorias. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não pode ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças em premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisões: Provisões para contingências e outras obrigações são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente legal ou construtiva oblígation como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações iguais, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada, levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo quando se espera que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser desembolsados para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação de decorrência do decorrer do passagem do tempo é reconhecido como "Despesa financeira". **2.13. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para gerenciá-lo. Exceto ativos financeiros, a Empresa reconhece os ativos financeiros e as contas a receber de clientes, outras contas a receber, depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. **Mensuração subsequente:** Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem os ativos financeiros e contas a receber de clientes, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Empresa reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da Empresa. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Empresa considera um ativo financeiro em inadimplemento quando não for provável que o devedor pague seus credores em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta qualquer melhoria de crédito mantida pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: O grupo reconhece inicialmente os passivos financeiros, contas a pagar a fornecedores como passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados aos custos de transação que são posteriormente mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Os principais passivos financeiros da Empresa, referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é capitar recursos para investimentos de capital e pela própria operação da Empresa. Mensuração subsequente: Passivos financeiros ao custo amortizado: empréstimos e financiamentos: Está a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer ágio ou deságio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2019	2018
Caixa e bancos	7.364	520
Aplicações Financeiras	24.585	10.889
	31.949	**11.409**

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), embora o vencimento seja superior a 90 dias, oferecem pouco risco de perda de valor e possuem liquidez, momento sem multa/pouca significativa no valor.

Banco	Modalidade	Remuneração	2019	2018
Itaú	CDB e Cdb. Compromissadas	60% a 99,5% CDI	13.625	–
Santander	CDB e Cdb. Compromissadas	20% a 98,5% CDI	15.292	8.829
Banco do Brasil	Cdb. Compromissadas	0,37% a 1%	2.668	2.060
			24.585	**10.889**

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos devem ser em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas pela taxa de CDI, que variou entre 5% e 100%.

4. Contas a receber de clientes:

	2019	2018
Duplicatas a receber	186.564	176.117
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.385)	(4.682)
Provisão de devolução de venda	(496)	(523)
Provisão de rebate sobre venda de B2C	–	(500)
	180.683	**170.412**

A composição das contas a receber segregada por circulante e não circulante é descrita como segue:

	2019	2018
Contas a receber de clientes circulante	141.951	143.412
Contas a receber de clientes não circulante	38.132	–
	180.683	**143.412**

A composição das contas a receber líquido de provisão para perdas de créditos esperadas classificadas de vencimento é descrita como segue:

	2019	2018
Contas a receber	**173.183**	**135.139**
A vencer	**4.287**	**5.143**
Entre 31 e 60 dias	2.134	2.779
Entre 61 e 90 dias	440	805
Entre 91 e 180 dias	241	893
Entre 121 e 180 dias	59	329
Entre 181 e 360	275	1.022
Acima de 361 dias	6.425	3.566
	13.861	**14.097**
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.385)	(4.682)
Total	**180.679**	**144.435**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cujo recebimento é considerado duvidoso, os critérios utilizados para essa provisão são baseados em perdas por perdas em anos dos aspectos, sendo eles: Títulos vencidos acima de 180 dias (180%): Rate de risco; Dificuldades financeiras significativas do emitente ou obrigação, inclusive de setores específicos; Cobrança terceirizada; Cobrança judicial; Pedido de falência ou recuperação judicial; A provisão para perdas de créditos esperadas a ser registrado mensalmente na contabilidade sendo determinado conforme avaliação individual da área de Cobrança, em conjunto com a área Contábil, podendo variar de 25% a 100%, sendo que a Administração levando em consideração a perda esperada obtida através dos aspectos avaliados. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2019	2018
Saldo no início do período	(4.682)	(3.212)
Adição líquida/reversão líquida de provisão	(1.703)	(1.470)
Saldo no final do período	(6.385)	(4.682)

A Empresa não requer garantias sobre as vendas a prazo, porém, a Administração acredita que o risco relativo de crédito é limitado, pois os clientes e minimizado pelo fato de a composição de clientes da Empresa ser pulverizada e diluída em sua maioria por órgãos governamentais e clientes de pequena e média empresa.

5. Estoques:

	2019	2018
Produtos para revenda (I)	59.240	40.192
Importações em andamento (I)	11.816	7.681
Provisão para obsolescência	(2.372)	(2.178)
	68.690	**45.693**

As máquinas copiadoras, impressoras e outras adquiridas pela Empresa permanecem registradas no estoque até que haja a destinação das mesmas, em caso de destinação para locação a clientes, os valores correspondentes são transferidos para ativo imobilizado e em caso de destinação para venda, os valores correspondentes são transferidos para o custo dos produtos vendidos. A provisão para obsolescência constituída sobre os estoques, foi considerada suficiente pela Administração da Empresa, os valores provisionados são provisão contemplam os equipamentos e acessórios fora de linha, sem giro e sem movimentação a mais de um ano cujos equipamentos não tenham mais no parque destinado a locação da Empresa. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para obsolescência:

	2019	2018
Saldo no início do período	(2.178)	(1.777)
Adição líquida/reversão líquida	(194)	(401)
Saldo no final do período	(2.372)	(2.178)

6. Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher: a) Os saldos de impostos a recuperar e contribuições a seguir:

	2019	2018
ICMS (I)	11.776	9.652
IPI	723	134
PIS e COFINS	54	–
Outros	9.905	1.943
Outros impostos a recuperar	–	–
Total	**22.458**	**11.729**
Circulante	10.744	5.636
Não circulante	11.711	6.093

(I) Refere-se ao ICMS de operações de importação por conta e ordem referente ao pagamento do ICMS reclamado pelo Estado de São Paulo (desistência de processos autuados e denúncia espontânea). Desta forma, os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Empresa e serão compensados com débitos fiscais da mesma natureza. (II) Os valores de IR e CS se referem aos totais antecipados em 2019, através de retenção da fonte sobre serviços prestados, aplicações financeiras e aos pagamentos mensais de estimativa do lucro real. b) Os saldos de impostos e contribuições a recolher estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
IR e CS	6.629	–
PIS e COFINS	2.479	2.162
ICMS	1.423	1.216
IPI	849	243
ISS	228	77
Outros	1.735	850
Total circulante	**15.543**	**4.548**

7. Tributos sobre o lucro: IR e CS diferidos: Em 31/12/019, a Empresa apresenta prejuízo fiscal e diferenças temporárias representadas por provisões temporariamente indedutíveis, principalmente por provisões para contingências, créditos de liquidação duvidosa e participações de funcionários nos resultados.

	2019	2018
Prejuízos fiscais e base negativa	13.592	23.072
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.385	4.682
Provisão para obsolescência e giro lento de estoque	2.372	2.178
Provisão para participação dos funcionários no resultado	15.493	6.725
Outras provisões	(572)	3.233
Provisões de Fretes e Carretos	14.885	9.202
Provisão recuperação de ativos	1.236	–
Outras provisões trabalhistas	4.417	2.759
Provisões para contingências trabalhistas	1.906	1.211
Total	**60.074**	**53.064**
Alíquota combinada	34%	34%
IR e CS diferidos ativos	20.425	18.042

A Empresa, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico elaborado por profissionais habilitados, principalmente por provisões para contingências, créditos de liquidação duvidosa e participações de funcionários nos resultados.

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**193.935**	**1.849**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–
Ajuste de capital social CFE AGE de 18-09-18	–	–
Compensação de prejuízos	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**193.935**	**1.849**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–
Aumento de capital social	**129.984**	–
Lucro líquido do exercício	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**323.919**	**1.849**

Demonstração dos fluxos de caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2.224**	**4.908**
Lucro líquido do exercício	**2.224**	**4.908**
Ajustes para conciliar o lucro líquido	**92.997**	**80.015**
Depreciação e amortização	111.653	37.441
Baixas do ativo imobilizado	49	(3.516)
Juros sobre empréstimos incorridos e não pagos	(2.383)	4.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	695	(558)
Constituição (reversão de provisão) para demandas judiciais	1.792	1.470
Provisão (reversão) de devedores duvidosos	194	401
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	**207.001**	**125.015**
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(38.374)	(3.570)
Estoques	(23.191)	(12.921)
Impostos a recuperar	(10.727)	1.083
Outros ativos operacionais	1.401	(1.187)
	(70.891)	(16.595)
Variação nos passivos operacionais: Fornecedores	(3.989)	(22.847)
Arrendamentos a pagar	2.544	2.130
Impostos e contribuições a recolher	5.309	8
Obrigações Sociais e previdenciárias	15.238	(4.484)

Lucro antes do IR e da CS
IR e CS à taxa nominal - 34%
Demonstrativa do origem e despesa de IR efetiva
Outras adições e exclusões

	2019	2018
	8.669	8.989
	(2.947)	(3.056)
	(3.498)	(1.025)
	(4.445)	(4.081)
	(8.829)	(3.297)
	2.384	(784)

IR e CS - corrente
IR e CS - diferido

8. Imobilizado:

	Máquinas, Equipamentos, Smartphones e tablates em Locação (I)	Outros Imobilizados em uso próprio	Veículos (II)	Andamento de Bens para Locação (I)	Total
Saldos em 31/12/2018 (líq)	513.585	3.641	3.324	–	520.550
Custo	1.097.635	10.621	5.566	110.849	1.224.671
Baixas por alienação	(16.787)	(4.549)	(103.641)	–	(124.977)
Saldos em 31/12/2019	**14.734**	**50**	**38.388**	**3.324**	**55.396**
Depreciação acumulada					
Taxas anuais de depreciação	***De 25% a 63%**	**De 10% a 20%**	**20,0%**		
Saldos em 31/12/2018 (ini)	(514.665)	(6.259)	(1.155)	–	(522.119)
Despesa de depreciação do exercício	(82.310)	(1.652)	(259)	–	(84.221)
Baixas por alienação	16.787	4.549	103.641	–	125.077
Saldos em 31/12/2019	**(580.188)**	**(3.362)**	**(1.613)**	**(63)**	**(581.263)**
Valor residual líquido					
Em 31 de dezembro de 2018	**150.398**	**4.579**	**2.093**	**31.179**	**188.249**
Em 31 de dezembro de 2019	**172.174**	**8.122**	**2**	**38.387**	**218.685**

(I) Refere-se aos componentes dos contratos de prestação de serviços que se enquadram conforme CPC 06 (R2) como para-componentes do ativo imobilizado. Nesses contratos, o prazo de mercado/equipam tibra tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, outros entre. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, derivativos e ações mensurados ao valor justo por meio do resultado. Risco de crédito: A política de vende de seus produtos da Empresa está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar. O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Empresa e seus clientes. Essa característica se deve ao fato do crédito alavancar o poder de compra dos clientes. O risco é inerente ao ato de crédito, devendo a Empresa efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve analisações de maturaz quantitativa e qualitativa e qualitativa em cliente, não se dispensando a análise de setor em que atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas consiste-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômico-financeira atual e suas perspectivas para o futuro. A carteira de recebíveis da Empresa é diversificada, a setelisticadas dos clientes assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência das contas a receber. Em 31/12/2019 a Empresa procedeu a avaliação do IFRS 9-CPC48 e não detectou impactos relevantes nas demonstrações financeiras, como resultado na aplicação deste pronunciamento. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Empresa possui uma política de caixa que possibilita oferecer parcelamentos com e sem incidência de juros de curto e longo prazo. A Empresa acompanha o risco de escassez de recursos por meio de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Empresa é manter o saldo entre a contribuição dos recursos de caixa e os desembolsos de caixa e financiamentos através dos empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. O excesso de caixa marginal, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhidos com base em liquidez imediata para administrar o risco de liquidez. Os recursos excedentes são investidos apenas em contraportes aprovados e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito dos contraportes é revisado anualmente pela administração da Empresa por pelo menos um ano. Os recursos de marcado/equipam tibra são aprovados pela Administração. Essas linhas são estabelecidas a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A Empresa gerencia estes riscos investindo em uma carteira diversificada e de primeira linha de instituições financeiras. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas.

continua...

	Veículos	Imóveis	Equipamentos	HPFS	Total
Saldo em 31/12/2018	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**	
Saldo em 01/01/2019	–	16.263	–	–	16.263
Adição por novos contratos	1.947	–	**41.801**	**1.999**	45.707
Despesa de depreciação no período	(416)	(2.128)	(3.721)	(182)	(6.448)
Subarrendamento (I)	–	–	(38.080)	(1.777)	(39.857)
Total:	**1.530**	**14.135**	**–**	**–**	**15.665**

(I) Refere-se aos componentes dos contratos de prestação de serviços que se enquadram conforme CPC 06 (R2) como para-componentes do ativo imobilizado. Nesses contratos, o prazo, o direito de uso e o do movimentação da saldo do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Pagamentos	Veículos	Imóveis	Equipamentos	HPFS	Total
(I) Saldo em 01/01/2019	–	16.080	–	–	16.080
Juros do período	276	719	106	4	1.105
Adição por novos contratos	**1.947**	–	**43.454**	**1.940**	**47.350**
Contraprestação paga	**(300)**	**(2.357)**	**(1.845)**	**(96)**	**(4.898)**
Saldo em 31/12/2019	**1.923**	**14.442**	**41.715**	**1.848**	**59.638**
Circulante	**642**	**1.712**	**21.479**	**955**	**24.787**
Não circulante	**995**	**12.730**	**20.237**	**893**	**34.862**

(I) Ajustado a valor presente na data. Conforme exigência no CPC 06 (R2), §58 e CPC 40, §38, letra "a" e B11D, a companhia apresenta os quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conforme tabela com valor contábil:

Maturidade dos contratos	Veículos	Imóveis	Equipamentos	HPFS	Total
Mencionamento das prestações					
2020	913	2.359	14.900	613	18.785
2021	2.081	2.181	10.730	54	14.973
2022	327	2.081	9.637	473	12.518
2023	–	11.256	7.811	319	19.386
Valores não descontados	**2.153**	**17.777**	**43.078**	**1.459**	**64.662**
Juros embutidos	(316)	(3.335)	(1.363)	(96)	(5.313)
Saldo do passivo de arrendamento 31/12/2019	**1.837**	**14.442**	**41.715**	**1.459**	**59.649**
11. Fornecedores:				**2019**	**2018**
Fornecedores internacionais (I)				1.761	868
Fornecedores nacionais (II)				24.144	29.026
				25.905	**29.894**

(I) O saldo das contas a pagar internacionais é controlado baseado no limite de crédito concedido pelo fornecedor US$12 milhões, o prazo de vencimento é de curto prazo de vencimento trabalhados. O principal fornecedor internacional é a Xerox Corporation com saldo em aberto no montante de R$1.507em 31/12/2019 (R$250 em 2019). Sobre as contas a pagar a fornecedores nacionais não incidem juros e geralmente não ultrapassam em prazo não superior a seis meses. (II) Foi realizada reclassificação dos valores de Fretes no montante de R$14.885 para a rubrica de outras contas a pagar, para melhor apresentação. **12. Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:** Em 31/12/2019 e 2018, a Empresa não possuía saldos em aberto de direito dos vencimentos de parcela não circulante da dívida em 31/12/2019:

Fornecedor	Encargos financeiros	Vencimento	Garantias	2019	2018
12.500	2.762985 a.a	15/02/2021		**50.434**	155.376
	21,63% a 27,97% a.a.	22/05/2020	Veículos	–	436
				50.434	**155.776**
		Circulante		–	320
		Não circulante		**50.434**	155.492

No quadro a baixo, apresentamos a movimentação dos empréstimos no ano de 2019:

Movimentação	HPI Brasil Holdings LLC.	Banco Santander	Total
Saldo em 31/12/2018	155.376	406	155.776
(+)Adições	50.721	–	50.721
(-)Pagamentos	(168.704)	(518)	(169.222)
(+) Juros	6.418	112	6.530
Variação Cambial	6.629	–	6.629
Saldo em 31/12/2019	50.434	–	50.434

13. Obrigações sociais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para participação no resultado	15.493	6.725
Provisão de férias	12.930	9.216
Encargos sociais a recolher	3.194	2.048
Outras	4.528	2.918
	36.145	**20.907**

14. Transações com partes relacionadas: Remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração: A Empresa considera como "Pessoal-chave da Administração" as companhias da sua holding controladora, composto pelo diretor-presidente e financiar, relações com investidores e superintendente, e os membros do conselho de administração e fiscal. Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como política a concessão de benefícios adicionais, dentre eles, participação nos lucros. O valor da remuneração e benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração foi de R$3.883 em 31/12/2019 e R$3.665 em 31/12/2018: Saldos e transações: O saldo de ativos originados em transações relacionadas em 31/12/2019, no montante de R$18.895, refere-se a aquisições de máquinas copiadoras, impressoras e outras adquiridas da HP Pessoa Jurídica (Shanghai) Co Ltd-HPI Brasil, registradas no estoque que serão destinadas para locação ou venda. Os montantes adquiridos no decorrer do exercício compõem estoques e serão utilizados na operação sendo reconhecido no custo no momento da venda ou do serviço prestado. Em dezembro de 2019 a Empresa quitou o empréstimo de US$40.000 (Quarenta mil dólares) reconhecendo despesas de juros no montante de R$6.418 e variação cambial de R$ 6.619, totalizando o pagamento de R$169.222 (Cento e sessenta e nove mil, duzentos e vinte e dois mil dólares) equivalente a R$93.434 (Cinquenta milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais), e saldo em aberto em Fevereiro de 2021. O montante está devidamente apresentado na Nota 12 - Aquisições e venda de ativos: Conforme mencionado de forma mais detalhada na Nota 15, durante o exercício findo em 31/12/2019 a Simpress realizou a venda do negócio de B2C (Business to Consumer) para a HP no montante de R$3.960. Em 31/12/2019 a Simpress was sold entre Simpress e HP Brasil no montante de US$1.000 (Um mil dólares) equivalente a R$3

...continuação

além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, devolver capital aos sócios ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Este índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	2.224	4.908
Imposto de renda e contribuição social	(8.445)	(4.981)
Depreciação e amortização	**116.280**	80.019
Resultado financeiro	**(15.902)**	26.923
Lucro antes dos impostos, juros, depreciações e amortizações	**94.163**	107.769
Depreciação e amortização	**(116.280)**	(80.019)
Lucro antes dos impostos e juros	**(22.263)**	27.750

23. Eventos subsequentes: Em janeiro de 2020, foi aprovado pela administração a quitação do Acordo de Compra e Venda de Ativos relacionado ao negócio de impressoras da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda (SEDA), no valor de R$17.334. A Administração da Empresa vem tomando todas as informações e diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde do Brasil, das demais autoridades governamentais locais acerca da evolução da pandemia de Coronavírus, para avaliar internamente de maneira ampla os impactos no seu negócio e operações. Tomada de decisões e ações preventivas de mitigação de riscos econômicos, operacionais e a seus empregados. Visto o contexto o qual a Simpress, Comércio, Locação e Serviços Ltda está inserida, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Empresa. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos em 31/12/2019.

Diretoria
Vittorio Donesi - Diretor-Presidente
Fernando José Coutinho Martins - Diretor Financeiro
Geiza Tristão Cesarino de Palma - Contadora - CRC 1SP 223.417/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais

Aos Administradores da **Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades sob essas normas e/ou normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios fundamentais de ética e as normas profissionais relevantes emitidas no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos por ela considerados necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia manter operação, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em seu conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, ou a sobrepujança dos controles internos. • Obtemos entendimento dos controles internos pertinentes ao processo de auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantar em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de suficiente apropriada a respeito de informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 19/05/2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6
Vanessa Martins Bernardi - Contadora CRC-1SP244569/O-3

Vila Leopoldina Empreendimentos Imobiliários S.A. - CNPJ/NºNº 20.414.779/0001-73 - NIRE 35300501265

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de maio de 2020

Data, Horário e Local: Aos 26 dias do mês de maio de 2020, às 9 horas, na sede social da Vila Leopoldina Empreendimentos Imobiliários S.A. ("**Companhia**"), na Rua Cardeal Arcoverde, 2365 - Bairro Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Moliarna, nº 825, Sala 08, Vila Leopoldina, CEP 05311-000. **Convocação e Presença:** A convocação foi dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme autorizado pelo artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa: Presidente: Albert Mizrahi; Secretário: Thomas Neufeld. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: **(i)** aprovação da realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, com garantia adicional fidejussória, em série única da Emissão, no valor total de até R$29.670.000,00 (vinte e nove milhões, sessenta e setenta mil reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforço restrito, nos termos da Instrução Normativa nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09") (os características e condições estão descritas abaixo ("Características Gerais Restrita"); **(ii)** aprovação da outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão; e **(iv)** autorização de diretores da Emissora a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens (ia) e (ib) acima, incluindo a negociação e celebração de todos os documentos e independentemente à realização da Emissão e à constituição das Garantias (conforme abaixo definidas), tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. **Deliberações:** Instalada validamente a assembleia, examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: **a)** Aprovar, na forma do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão e da Oferta Restrita, de acordo com os seguintes termos e condições, que serão detalhadamente descritos e regulados nos termos da respectiva escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"): **(i) Número da Emissão:** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão da Companhia; **(ii) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(iii) Valor Total da Emissão:** O montante total da Emissão será de R$29.670.000,00 (vinte e nove milhões, sessenta e setenta mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); **(iv) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 29.670 (vinte e nove mil, sessenta e setenta) Debêntures ("Quantidade Total Emitida"); **(v) Destinação dos Recursos: Destinação de Recursos Líquidos Captados por Sociedade Emissora de Debêntures de Infraestrutura.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em moeda corrente nacional ("Data da Integralização"). O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização, e, nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), podendo ser acrescido de ágio ou deságio, a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicados de forma igualitária entre as Debêntures em cada data de Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos da B3. **(vi) Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado, a serem estabelecidas na Escritura de Emissão; **(vii) Destinação dos Recursos:** Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao pré-pagamento, por conta e ordem, diretamente à Habitasec Securitizadora S.A., inscrito no CNPJ/MF nº 09.304.427/0001-68 ("Securitizadora") na conta bancária mantida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (341), agência 7307, conta corrente 35833, da Conta Centralizadora nº 77.086-7 emitida em 15 de agosto de 2019 ("Conta Centralizadora") Emissora em favor da Securitizadora, a qual lastreia a 1ªêr série da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Securitizadora ("CRI"), bem como ao pagamento de multas da Emissora e/ou AFAC's (conforme abaixo definido) e despesas relacionadas ao Imóvel (conforme abaixo definido); **(viii) Amortização:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado a serem estabelecidas na Escritura de Emissão; **(xiii) Remuneração das Debêntures e Pagamento da Remuneração:** *a. Atualização Monetária:* Sobre o valor da atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures; *b. Remuneração das Debêntures:* As Debêntures renderão juros à taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa equivalente a 5,2% (cinco inteiros e dois décimos por cento) ao ano ("Spread", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). Caso, até o 15º (décimo quinto) mês contado da Data de Emissão, a Emissora não comprove aos titulares das Debêntures ("Debenturista") reunidos em assembleia geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 2 (dois) terços, no mínimo, dos